



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 287/16 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0186/17	DATA: 29/03/2017	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 14h41min	TÉRMINO: 19h17min	PÁGINAS: 97

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MÁRCIO POCHMANN - Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

SUMÁRIO
Exposição sobre a proposta de reforma da Previdência.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções inaudíveis. Houve exibição de imagens. A reunião foi suspensa e reaberta. Houve intervenções ininteligíveis. Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos.

Boa tarde a todos e todas, colegas, assessores, amigos e amigas da imprensa, equipe de apoio ao trabalho da Comissão, Deputado Cabo Sabino, que adentra o ambiente.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas cópias da Ata da 17ª Reunião. Pergunto se há a necessidade de leitura da ata. *(Pausa.)*

O Deputado Marcelo Castro pede dispensa da leitura.

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Marcelo Castro.

Indago se algum membro deseja retificá-la. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira retificar, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico que está à disposição, na mesa de apoio, lista do expediente recebido, dispensada a leitura dele.

Ordem do Dia.

Darei início à audiência pública.

Agradeço desde já a presença de todos e convido para tomar assento à mesa o Sr. Márcio Pochmann, Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

O Prof. Márcio, a princípio, dispõe de 20 minutos para a sua exposição. Atendendo ao Regimento, o Ministro Henrique Meirelles terá amanhã o tempo de 40 minutos.

Eu proponho, não havendo obviamente oposição da Mesa, que concedamos ao Prof. Márcio também o tempo de 40 minutos para a sua exposição.

Também gostaria de combinar com V.Exas. uma forma de procedimento, já que temos um único expositor hoje e teremos um único amanhã. Vamos estabelecer um tempo de 3, 2 ou 4 horas para que possamos proceder à audiência e não permaneçamos muito além do tempo produtivo. Eu proponho, tanto para a audiência de hoje quanto para a audiência de amanhã, o tempo de 3 horas a partir do início da exposição, que será de 40 minutos. Positivo?



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu acho que a iniciativa é boa. Ontem V.Exa. ponderou algo, e eu compreendi e concordei. O que ocorre? Nós temos ficado aqui por 7, 8 ou 9 horas, e nem todos — como é que eu diria? — dão prioridade exclusiva a esta Comissão, apesar da relevância do tema. Todo mundo tem direito, e é legítimo cada um escolher o horário de vir aqui, mas, para quem está o tempo todo, nem sempre nós ainda estamos com aquela condição toda de ouvir e refletir. Para falar claro, nós já estamos com alguma impaciência, para dizer o mínimo.

Eu sugeriria, então, que nós também trabalhássemos o tema. Podemos, por exemplo, manter 5 minutos. Aqueles que porventura chegarem posteriormente, o que poderá extrapolar o tempo, que sejam alertados. Estou chamando a atenção para quê? Nós podemos ficar 3 horas falando, e o convidado ou, amanhã, o Ministro Meirelles, poderão não ter oportunidade de responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Faremos o seguinte: depois de 3 horas, podemos findar as colocações e devolver a palavra ao expositor. Tem que haver, ao final, uma conclusão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, se são 3 horas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Um momento intermediário e um momento final para o expositor, a mesma regra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Essa é uma questão. A outra é dividir o tempo de intervenção dos Parlamentares, porque, mesmo que atrase um pouco... Então, 3 horas dão 180 minutos, divididos por 5 minutos para cada um. Há também os Líderes. Façamos uma conta aproximada para saber. Quando chegar a um determinado ponto, o Deputado não poderá se inscrever mais, porque não vai dar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos fazer o seguinte. Nós estamos com uma base de tempo de 3 horas, com um intervalo no meio, depois de uma 1 hora e meia, para que o expositor faça suas considerações, e outra no final. Vamos tentar ir ajustando, para que não haja prejuízo, obviamente, para aqueles Parlamentares que buscam respostas a justas dúvidas, mas também para que o cidadão não esteja passando aí pela frente e diga: "*Opa, vou entrar aqui*". Não é



justo, até porque o ideal é que aqueles que vierem a perguntar e a se manifestar tenham ouvido a manifestação dos expositores.

A que devo a honra de recebê-lo, Deputado?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Quero apenas fazer um registro, Sr. Presidente, saudando a Vereadora Raquel do Posto, do Município de Sapucaia do Sul.

Ela trouxe um grande número de assinaturas em um abaixo-assinado contra a reforma da Previdência. Depois vou fazer a entrega Nós viemos aqui para protocolar.

Eu queria só fazer esse registro e falar particularmente com V.Exa. Mas, já que V.Exa. me deu a palavra, eu vou falar oficialmente para todos aqui. Depois nós vamos fazer um registro fotográfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vai entregar a mim?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Vereadora, venha cá, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A senhora é gremista ou colorado, Vereadora?

A SRA. RAQUEL DO POSTO - Colorado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, venha. Pode vir.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Agradeço.

Não era este o meu desejo. Já que V.Exa. me deu esta oportunidade...

(Procede-se à entrega do documento.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Combinado, então? Vamos em frente.

Prof. Márcio Pochmann, o senhor tem 40 minutos para a sua exposição inicial, tempo durante o qual não poderá ser interrompido pelos Parlamentares. Ao final da sua exposição, cessadas estarão as inscrições.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Boa tarde a todos. Nosso abraço fraterno aos que nos acompanham nesta jornada de debates na Comissão da Reforma da Previdência. Ao cumprimentar o Presidente da Comissão, Deputado Carlos Marun, cumprimento os Deputados e Deputadas que nos honram nesta sessão e também todos que nos acompanham pela Internet, pela televisão, um instrumento importante de divulgação do conhecimento e da informação.



A nossa exposição aqui parte da premissa de que é absolutamente necessário valorizar muito o trabalho dos Srs. Deputados nesta Casa, pois o tema que hoje é reconhecido como Previdência Social alcançou uma condição bastante complexa, e a nossa exposição vai ressaltar justamente a importância e o poder que esta Casa tem de definir os rumos de uma das principais políticas que o Brasil construiu há exatamente 222 anos. Antes mesmo de o Brasil se tornar império e ter sido independente de Portugal, ainda na condição de colônia, a previdência que nós temos hoje fincou as bases no nosso País. Então, houve um processo de construção de longo prazo, de muitas gerações de brasileiros, e as senhoras e os senhores têm a oportunidade de tomar às mãos um instrumento que tem sido significativo na vida dos brasileiros.

Tive a oportunidade de acompanhar em grande parte as exposições, as apresentações que foram feitas por aqueles que me antecederam, e é possível, de fato, perceber a diversidade de visões, o que denota, justamente, a importância que tem a Previdência no Brasil, que permite justamente que haja visões tão distintas de estudiosos, de operadores do Direito, enfim, de diferentes profissionais que tiveram oportunidade de fazer parte desta trajetória de discussão.

A nossa questão importante é: por que a Previdência chama tanto a atenção? Porque não apenas ela impacta a vida das pessoas, impacta a economia, mas representa uma participação significativa da riqueza nacional. Nós estamos falando praticamente de uma somatória que supera um décimo de toda a riqueza nacional, que, a cada ano, termina buscando exercer as finalidades para as quais esse sistema que foi constituído há mais de 2 séculos.

A preocupação que temos, portanto, não está fundada nos vários aspectos que foram aqui anteriormente tratados, que são aspectos importantes que nós dissemos de conjuntura: se há ou não há déficit, se é ou não é necessário reformular o sistema de financiamento, se há ou não desigualdade do ponto de vista dos beneficiários. O nosso foco é realmente chamar a atenção para, talvez, um descuido que tenha sido feito nas abordagens que dizem respeito a entender a Previdência e as análises que são feitas na Previdência, quando o País não tem mais Previdência Social, e sim tem um sistema muito mais ampliado, muito mais alargado, que se



reconhece, pelo menos desde a década de 1940, como sendo um sistema de seguridade social.

Portanto, nós temos uma sistemática distinta. A nosso ver, não se pode analisar a situação com os mesmos instrumentos que utilizaríamos, de uma forma simplificada, para analisar, por hipótese, o papel, o custo, a forma de financiamento de um posto de saúde e compará-los com os de um hospital. Ambos dizem respeito a atendimento da população, mas, obviamente, realizam funções diferentes, complexidades distintas e, portanto, têm custos diferentes. Se eu analisar um hospital com o mesmo instrumental que eu analiso um posto de saúde, evidentemente chego a resultados muito distintos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Trouxe aqui uma apresentação. Seguindo a lógica do Power Point, há quatro pontos que eu quero abordar olhando a previdência e o sistema de seguridade num aspecto muito mais amplo, do ponto de vista estrutural: a sua relação com o desenvolvimento econômico e modelos de previdência social, a concorrência capitalista e o padrão de Estado, a macroeconomia brasileira e a previdência social, os desafios da economia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com licença, Professor. Eu vou designar o Deputado Reinhold Stephanes como o Relator *ad hoc* para passar ao Relator, o Deputado Arthur Oliveira Maia, as considerações feitas aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Têm sido mais ou menos os mesmos. Positivo. Convido V.Exa., então, para tomar assento à mesa.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Nós só precisamos entender porque o Relator está tão ausente da Comissão, Sr. Presidente. Isso não é bom.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Está reunido com o Deputado Caetano.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O relatório pode até estar pronto, mas, elegantemente, ele tinha que estar aqui ouvindo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Estão escrevendo o relatório, com o apoio das financeiras.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos em frente.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - São esses os quatro pontos. Passemos para o primeiro, relativo ao desenvolvimento econômico, modelo de Previdência Social e experiência internacional.

O sistema de aposentadoria, pensão, previdência ou seguridade social se funda e se desenvolve nas sociedades urbanas industriais. Até o século XVIII, praticamente nós não tínhamos a experiência de sistemas previdenciários, sistemas que permitiam às pessoas, a partir de um determinado requisito ou idade, sair do mercado de trabalho e viver sem ir ao mercado de trabalho. No sistema capitalista de maneira geral, as pessoas podem viver distante do mercado de trabalho. Porém, se não têm propriedades, se não têm fazendas, se não têm fábricas, se não têm empresa, banco ou outro tipo de meio de produção, elas precisam estar no mercado trabalho.

Então a previdência é uma grande conquista da sociedade, porque permitiu que uma parte crescente da sociedade pudesse viver sem ir ao mercado de trabalho. Essa condição se estabelece basicamente na passagem da antiga sociedade agrária para a sociedade urbana industrial.

Na sociedade agrária, as sociedades eram muito primitivas, com baixa produtividade. Viver era fundamentalmente trabalhar. Isso significava praticamente uma expectativa de vida ao redor de 35 anos de idade, começando a trabalhar aos 4 ou 5 anos de idade, ajudando a família nas lidas domésticas ou fora de casa, na pecuária, na agricultura. E se trabalhava praticamente até morrer. Não havia forma de viver sem estar vinculado a essa centralidade do trabalho do ponto de vista temporal.

Portanto, na sociedade agrária, nós estamos falando de uma situação em que as pessoas comprometiam praticamente quatro quintos de sua vida no trabalho. Obviamente isso muda muito rapidamente quando nós então saímos das sociedades agrárias e passamos a construir as sociedades urbanas industriais.

Nós tivemos a primeira experiência de alguma proteção a pessoas que não conseguiam viver no mercado de trabalho no início do século XVII, em 1601, na Inglaterra, com a Lei dos Pobres, que foi um marco, do ponto de vista de dar aos juízes das comarcas a possibilidade de tributar os proprietários de terra e, com esse



recurso arrecadado, viabilizar a vida daqueles que não conseguiam viver no mercado de trabalho.

Mas, obviamente, as experiências mais importantes se constituem a partir das sociedades urbanas industriais. As primeiras experiências que se constituíram nas sociedades que se industrializaram, na Inglaterra depois de 1750 ou no século XIX, nos Estados Unidos, na Europa ou mesmo no Japão e na Rússia, foram as de proteção contra os riscos do trabalho, como a debilidade de se trabalhar, o envelhecimento, o risco do acidente de trabalho, por exemplo. Elas foram constituídas pelos sindicatos de ofício através dos fundos de ajuda mútua, que são fundos contributivos formados a partir da participação dos trabalhadores mais bem inseridos nas atividades econômicas, especialmente os artífices. Essas foram as primeiras experiências de se viabilizar a possibilidade de estar fora do mercado de trabalho recebendo uma transferência de renda.

Nós vamos ter a primeira experiência de intervenção do Estado com a unificação do Estado alemão. Embora nós tivéssemos algumas experiências em algumas cidades europeias, como Viena, por exemplo, e mesmo Genebra, em termos de experiência nacional, o exemplo marcante é o da unificação alemã sob Bismarck, o modelo bismarckiano, um modelo de seguro social para o qual o Estado também contribui. Mas essa contribuição é feita adicionando a participação dos empregados e dos empregadores.

Então, o sistema de seguro social se estabelece ao final do século XIX e vai ter uma trajetória importante do ponto de vista da participação do Estado no financiamento da previdência. Dessa previdência, parte importante, um terço do financiamento, provém do Governo, cujos recursos são oriundos da tributação. Não são exclusivamente daqueles que estão vinculados ao mercado de trabalho, os trabalhadores ou mesmo os empregadores.

Um exemplo mais marcante, mais contemporâneo é o que vai ocorrer na Inglaterra no imediato pós-guerra, a partir de 1946, em razão de um relatório escrito por William Beveridge, que é alguém que está muito preocupado com o pleno emprego na Inglaterra, uma vez que ele tinha percebido que o pleno emprego teria sido possível naquele país durante o período de guerra. A questão fundamental



desse relatório é buscar o pleno emprego da sociedade inglesa numa sociedade livre, numa sociedade em paz.

Então o sistema de Beveridge, que é a primeira experiência de seguridade constituída no mundo — e a referência é a Inglaterra —, é na verdade um sistema que vai se preocupar, como dizia Beveridge, do nascimento ao túmulo, ou seja, é um olhar do ponto de vista dos riscos do trabalho e também do não trabalho. E é nesse sentido que se constitui o fundo, que é basicamente organizado a partir do Estado sem renegar a participação de empregados e empregadores. Mas, crescentemente, nós vamos ter então a participação do fundo público.

E ele se mostra muito importante não apenas do ponto de vista de reduzir as pessoas que estão no mercado de trabalho. É importante que a seguridade social, a previdência, da qual nós estamos falando, permita que uma parcela das pessoas, sem a existência desses benefícios, continue trabalhando.

Portanto, você retira pessoas do mercado de trabalho, sejam elas deficientes físicos ou mentais, doentes, idosos, entre outros, e permite que, no mercado de trabalho, estejam justamente os trabalhadores mais bem preparados. Então é o enfrentamento do desemprego, de um lado, que vai garantir renda às pessoas que não estão no mercado de trabalho — e elas se tornam consumidoras, ajudam na demanda agregada da economia —, e um mercado de trabalho funcionando em pleno emprego.

Esse é o modelo exemplar, que foi identificado como os anos gloriosos do capitalismo, entre o encerramento da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 70. Essa é a melhor experiência que a humanidade conseguiu construir a partir desse experimento de intervenção e ação articulada com o setor privado.

Hoje a questão da previdência ou da seguridade social não pode ser analisada em relação ao passado. Nós estamos diante de desafios muito importantes que estão relacionados com a transição para uma sociedade de serviços, uma sociedade com novas questões que não estavam colocadas anteriormente. E os sistemas previdenciário e de seguridade social não estavam também tendo que responder a elas, pois não existiam tais como estão se apresentando.



Então, parece-me que essa é uma questão muito importante a ser considerada. Em vez de nós estarmos dirigindo um automóvel olhando para o retrovisor, é preciso olhar para frente. Quais são os problemas que se colocam numa sociedade de serviços? Questões como longevidade, como educação para a vida toda. A previdência vai ser um segundo cheque, com o qual as pessoas se aposentam e continuam trabalhando? Ou de fato vai ser um instrumento que permite a pessoa sair do mercado de trabalho e deixar de ir ao mercado de trabalho? Essa é uma questão que nós percebemos, inclusive, no nosso sistema previdenciário.

Essas são questões de longo prazo que, nessa transição, é difícil nós resolvermos. Mas é necessário que ela seja enfrentada assim como foi enfrentada no Brasil na sua trajetória, de que vamos tratar agora na sequência.

No caso do Brasil, a primeira experiência que nós temos de atuação previdenciária emerge do modelo de montepio, cuja primeira experiência brasileira foi em 1795. Obviamente, era um modelo residual para segmentos privilegiados e identificados. No caso do Brasil, ainda uma colônia portuguesa, esse segmento era a Marinha Real. Com a vinda de Dom João VI, nós tivemos a criação de um fundo orçamentário para viabilizar a aposentadoria da guarda pessoal de Dom João VI.

Com a independência, com Dom Pedro I, nós tivemos uma série de iniciativas como foi o caso da aposentadoria dos professores, em 1821, coincidindo com esse movimento de independência nacional, e a criação do montepio geral dos servidores do Estado, o Mongeral, em 1885.

Então, durante a monarquia, nós tivemos um período de instalação da previdência no Brasil, obviamente olhando fundamentalmente o Estado que nós tínhamos, que era um Estado mínimo.

Depois tivemos outro modelo, que não é o do montepio, mas um modelo mutualista, vinculado àquelas experiências de sindicato de ofício. Tivemos algumas delas no final do século XIX e início do século XX, como o sindicato dos gráficos de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, entre outras instituições de representação e interesse dos sindicatos.

O modelo estatal, na verdade, foi instituído com a Constituição de 1891, que cria a aposentadoria no serviço público por invalidez, financiado por tributação.



Então, mais um elemento importante da trajetória do sistema previdenciário brasileiro foi a participação do Estado.

Posteriormente, com a Lei Eloy Chaves, na República Velha, o País ainda era agrário. Vamos lembrar que a nossa transição para a industrialização se deu na década de 30. A Lei Eloy Chaves, para os trabalhadores ferroviários de São Paulo, criou a experiência das Caixas de Aposentadoria e Pensão para os ferroviários e posteriormente foi agregando outras categorias no período relativamente pequeno de 7 anos em que existiu esse regime de caixa de aposentadoria e pensão.

Vejam a forma de financiamento ampliada e variada que havia já no início da Eloy Chaves: 3% mensais dos vencimentos dos empregados; 1% anual da renda bruta dos empregadores; 1,5% das tarifas das estradas de ferro; muitas verbas sob rubricas de venda de papel velho e varreduras; donativos legados à Caixa Econômica à época e os juros e os fundos acumulados. Então, havia uma diversidade de financiamento criada pela Eloy Chaves em 1923.

Essa experiência se encerra a partir da Revolução de 1930. Nós vamos ter, entre 1930 e 1965, outro modelo, um modelo de seguros sociais através dos institutos de aposentadoria e pensão que são institutos por categoria profissional, por sistemas nacionais, e não mais setorializados ou localizados, como é o caso dos ferroviários de São Paulo. Passamos a ter o instituto de aposentadoria e pensão dos bancários do Brasil, dos industriais do Brasil, dos comerciários.

Então, na verdade, o recurso advindo da arrecadação começa a ter um impacto na economia porque parte importante dos recursos arrecadados pela cotização tripartite vai permitir o financiamento de algumas políticas públicas, entre elas as políticas públicas de habitação.

Ainda algumas cidades brasileiras têm o bairro do IAPI ou do IAPB, que é um conjunto residencial feito nos anos 40, nos anos 50 e até mesmo nos anos 60.

Entre 1966 e 1987, nós temos então mais um novo modelo, que é o modelo de previdência e assistência social. Então, incorpora-se a assistência social a partir da unificação no Estado, retirando a participação das antigas instituições profissionais. O Estado assume para si a responsabilidade pela administração e arrecadação dos recursos previdenciários, ampliando as suas funções, não apenas para a previdência, mas também para pensão e assistência social.



Essa é uma inovação importante que vem desde a Constituição de 1946, na tentativa de sair daquele modelo antigo. Viabiliza-se isso em 1966, que vai vigorar até 1987, quando o registro em carteira é importante para a contribuição da previdência e também é importante para se usufruir do benefício da saúde.

Na primeira vez que fui do Rio Grande do Sul para São Paulo, a minha mãe me alertou: *“Leve a sua Carteira de Trabalho. Se acontecer algum problema, você só será atendido no hospital com a Carteira de Trabalho”*.

Esse era o modelo que nós tínhamos, que vigorou até 1987. O que nós temos novo é a Seguridade Social, que se inicia a partir de 1988 com a Constituição Federal. Esse é outro sistema, de certa maneira moldado na experiência de Beveridge. Ele é uma transição do antigo modelo de seguros, de um modelo bismarckiano, para um modelo de seguridade social que abarca uma perspectiva mais ampla e que não seria financiado exclusivamente pelas formas tradicionais, tripartite, mas por um apelo ainda maior do ponto de vista da tributação.

É nesse sentido que nós vamos ver que há uma diversificação das fontes de financiamento da previdência, que além da contribuição dos aposentados e pensão, era financiado por recursos oriundos de diversas fontes, inclusive de concursos, prognósticos, importação, serviço no exterior, quem mais a lei indicasse.

Está muito claro para o Constituinte, em 1988, que esse modelo não poderia ser financiado nas mesmas bases do antigo INPS, porque não se trataria mais de uma previdência tradicional, mas sim do Sistema de Seguridade Social.

Talvez esse seja o maior ponto de discórdia que é possível perceber nas exposições que foram feitas por aqueles que me antecederam, aqueles que fazem uma justificativa, embora não seja incorreta, demonstrando que o nosso sistema, quando se olha a Previdência, não é autofinanciável. Eles estão utilizando um instrumental que vigorou até 1987. Quando vamos olhar pelo instrumental criado a partir de 1988, há dúvidas muito grandes em relação ao problema do déficit atual e, sobretudo, em relação aos próximos anos.

Vamos olhar a questão do Estado. Por que o tema da Previdência é importante para o Estado? Primeiro vamos olhar um gráfico de longo prazo, desde 1930, acompanhando vários países. Vamos ver que a trajetória dos principais países, pelo menos daqueles que têm dados comparáveis, é uma trajetória de



avanço na presença do fundo público no financiamento do gasto social. Então, o financiamento da reprodução das pessoas depende cada vez menos do salário, da sua remuneração, e cada vez mais da tributação.

Isso significa dizer que anteriormente o trabalhador, para comprar os seus bens, pagar por sua habitação e locomoção e alimentação, dependia do seu salário. O que nós vamos ver nos anos 30 e 40 é a presença crescente dos fundos públicos financiando isso, que anteriormente era feito somente pelos salários.

Há uma trajetória que se dá na substituição do antigo Estado mínimo, o Estado gendarme, o Estado que cumpria três funções fundamentais — cobrança de impostos, emissão de moeda e segurança, com o monopólio da violência, pois só o Estado pode matar, prender e assim por diante —, por um Estado mais ampliado, um Estado desenvolvimentista, um Estado providencial, um Estado de Bem-Estar Social. Seja qual for o nome utilizado, é inegável essa evolução do ponto de vista do papel do fundo público.

Então, o fundo público, o gasto social, passa a ser fundamental na dinâmica da economia. Quanto menor o gasto social, menor a capacidade de dinamizar a economia. Foi isso que garantiu um período exitoso, do ponto de vista de desenvolvimento, nos países capitalistas no segundo pós-guerra.

Bom, vamos entrar agora no terceiro item, que está relacionado à macroeconomia e à previdência. Obviamente, a previdência tem aspectos bem mais complexos, mas, por vício de origem, vou focar a perspectiva econômica.

Aqui nós temos a evolução da carga tributária bruta no Brasil. Observa-se nessa imagem que a carga tributária não chegava a 10% do PIB nas décadas de 10 e de 20, há 100 anos. Depois a carga tributária foi evoluindo numa trajetória ascensional. Está em preto a presença do investimento público em relação ao PIB. Os dois indicadores têm relação com o PIB.

Aquela ideia de que o Estado brasileiro era um Estado empresário, um Estado empregador e, portanto, se justificavam as privatizações, como foi em parte o debate dos anos 80, não é bem verdade, porque o Estado brasileiro foi se especializando cada vez mais no gasto público em relação ao tema social.



Nesse gráfico, está a evolução, desde a década de 30, do gasto social com previdência, assistência social, educação, saúde, habitação, serviços urbanos e trabalho com a proporção em relação ao PIB.

Estou vendo que os senhores estão tirando foto dos eslaides. Tudo bem, podem tirar à vontade, mas saibam que eu trouxe cópias que deixarei à disposição dos senhores.

Por meio desses dados, podemos perceber que o item que mais subiu em termos de apropriação do excedente econômico foi fundamentalmente o gasto social, previdência e transferências, que chegariam basicamente, segundo essa trajetória, a algo como 14% ou 15% do PIB.

Essa é uma soma de recursos que tem impacto não apenas na vida das pessoas, mas também na economia, porque essa renda transferida para as pessoas se transforma em consumo, impacta o comércio local, impacta a atividade econômica. Do contrário, nós teríamos esse impacto inexistente, e as pessoas que hoje estão inativas e vivem do benefício estariam no mercado de trabalho disputando uma vaga.

É por isso que nós temos que considerar a proposição da reforma. Sempre se analisa que, se não for feita a reforma, nós vamos ter vários problemas — não vou repeti-los aqui, porque já foram incansavelmente apresentados. Mas eu queria também apresentar os impactos da reforma se ela vier a acontecer da forma como está estabelecida. A reforma, de maneira geral, tende a fazer com que o sistema de Seguridade Social retroceda ao modelo anterior de seguro social, voltando praticamente ao sistema do INPS.

Se compararmos o impacto que teve o sistema de Seguridade Social sobre a inatividade, retirarmos a Seguridade e voltarmos ao sistema de Previdência, pode haver um crescimento de cerca de 15% da força de trabalho. Isso significa que de 12 a 13 milhões de pessoas passarão a buscar no mercado aquilo que não tenderão a receber de benefício. Significa também que mais pessoas estarão disputando as mesmas vagas. O fato de mais pessoas estarem disputando as mesmas vagas resulta em queda na taxa de salários, e queda na taxa de salário repercute na contribuição da Previdência.



Portanto, se é verdade que, ao reduzir o sistema de Seguridade Social, podemos vir a desestimular o acesso à Previdência e a fazer com que mais pessoas ingressem no mercado de trabalho, também é verdade que o desemprego que há hoje pode aumentar.

Utilizando o conceito estrito do IBGE, que diz que pessoa desempregada é somente aquela que, na semana da pesquisa, tenha trabalhado no máximo duas horas, tenha procurado emprego e esteja disponível para o trabalho, o que atualmente equivale a 13% da população, veremos que esse número pode chegar a 25% da população, porque haverá mais pessoas disputando a mesma vaga. E aquilo que nós queremos evitar, que é a perda de receita da Previdência, pode acelerar ainda mais. Nesse sentido, estimamos que a Previdência pode perder entre 7% e 9% de sua arrecadação.

Qual é o mecanismo dinâmico? Uma coisa é o corte de planilha, o estático: *“Cortando-se os benefícios, vai haver menos pessoas tendo acesso a eles e não se vai gastar tanto”*. A análise do contador é importante, mas, com todo respeito, não pode existir apenas ela: é preciso haver também a análise dinâmica, porque, se as pessoas obtiverem menos benefícios, se menos pessoas tiverem acesso à Previdência, em última instância mais pessoas tenderão ir ao mercado de trabalho buscar o recurso que não têm na forma de inativo.

Em outras palavras, cerca de 4,8 milhões de pessoas hoje consideradas desempregadas pelo IBGE eram, antes da recessão, até 2014, pessoas que não tinham entrado no mercado trabalho, porque a renda de suas famílias não tinha caído. A queda na renda familiar empurra mais pessoas para o mercado trabalho.

Então, enfrentar o desemprego não é apenas e tão somente gerar empregos, ainda que seja isso fundamental. Enfrentar o desemprego significa retirar do mercado de trabalho pessoas que em tese não deveriam estar nele, por várias razões: por deficiência, por doença, por incapacidade física ou mental.

Portanto, haverá não apenas aumento do desemprego — a taxa de desemprego pode chegar a 23% ou 24% nessa perspectiva —, como também queda na receita da Previdência, justamente aquilo que se quer evitar como resultado, como consequência.



A terceira consequência da reforma é a consolidação das cidades fantasmas do Brasil. No País há cerca de 1.400 cidades cuja população está decrescendo, não obstante o ingresso mensal de recursos com que essas cidades são beneficiadas, em função das mais variadas transferências, mas, em especial, da Previdência Social. Portanto, o risco que corremos é de tornar o País ainda mais desigual do ponto de vista regional.

No Brasil, 40% das cidades dependem de transferências governamentais. Além da redução dos recursos por parte da Previdência, existe aquela outra medida, que já foi aqui aprovada, que evidentemente também impactará fortemente cidades e Municípios, em função do corte de gastos públicos. Portanto, nós teremos cidades fantasmas, cidades sem atividade econômica, porque não há dúvida de que o gasto social, em especial o da Previdência, têm um efeito multiplicador.

Quando eu ainda estava no IPEA, tive a oportunidade de realizar um estudo com uma equipe competente — vários membros dela estiveram aqui na mesa anteriormente expondo —, que demonstrou que cada 1 real gasto em Previdência gera um impacto de 2 reais na atividade econômica. Esse gasto tem um efeito multiplicador, ao contrário, por exemplo, do pagamento do juro, que tem um efeito divisor.

Esta é a evolução, desde 1920, do PIB e do PIB *per capita* do ponto de vista da desigualdade entre os Municípios brasileiros. Nós temos uma desigualdade do ponto de vista do Produto Interno Bruto — PIB de quase 0,9. O Índice de Gini, criado pelo economista e matemático italiano de mesmo nome, varia de 0 a 1. O índice 1 representa o extremo da desigualdade — seria, mais ou menos, como se, de todos nesta sala aqui, só eu recebesse renda —, ou seja, indica um grau de desigualdade profundo. O índice seria 0 se todos nós aqui recebêssemos a mesma remuneração.

Então, vejam que a desigualdade entre os Municípios, quando considerado o PIB, é brutal e veio crescendo aceleradamente. Ela, que na década de 20 era de 0,6, passou para 0,8 — quase 0,9 — e está estancada, ao menos pelo que conseguimos calcular em 2007. Mas a evolução do PIB *per capita*, a renda dividida por habitante, considerando-se cada um dos Municípios, vem decaindo, embora esteja mais ou menos estacionada desde os anos 2000.



O que nós poderemos vir a ter é, na verdade, o efeito da reforma da Previdência sobre a renda das famílias e, especialmente, sobre a atividade econômica, sobre o comércio local, sobre as compras, que, do ponto de vista dos Municípios, serão muito afetadas. Haverá um impacto municipal de grande importância, que precisa ser considerado na decisão que os senhores vão tomar nos próximos meses.

Isso pode destruir o circuito de comercialização local que, de certa maneira, ganhou impulso e permitiu, nos anos 1990 e 2000, que tivéssemos outra dinâmica no Brasil, justamente no sentido de reconhecer a necessidade de que os Estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste tivessem um dinamismo superior aos do Sudeste e do Sul, o dito “Brasil Sul Maravilha”. Houve uma redução na desigualdade do ponto de vista da dinâmica dos Estados, das Regiões, e isso em grande medida tem a ver com o papel do gasto social.

Nós temos um gasto social hoje — os dados são de 2014 — equivalente a 23% do PIB. Isso significa dizer que, para cada 10 reais em circulação no Brasil, 2 reais vêm do gasto social. E, se consideramos o efeito multiplicador do gasto social, veremos que praticamente 40% da economia hoje dependem do gasto social. Se nós queremos sair da recessão, queremos voltar a ter crescimento sustentável, o corte do gasto social não vai ajudar — pelo contrário.

O outro elemento que me parece importante considerar, do ponto de vista dos efeitos da reforma tal como está proposta, seria infelizmente a elevação da pobreza e da desigualdade. O Brasil não tem uma quantidade significativa de pobres entre as pessoas idosas. Esse é um saldo inegável do ponto de vista do papel da Previdência. Se levada avante a proposta tal como se apresenta, poderá haver um aumento na quantidade de idosos pobres, pedindo esmola nas esquinas das nossas cidades, sem falar, evidentemente, no efeito sobre a desigualdade, especialmente o índice de Gini sobre renda do trabalho. Falamos que cerca de 40% da redução do índice Gini registrada no Brasil, pelo menos dos anos 2000 para cá, estão associados ao gasto social, em especial à Previdência.

Quanto ao Bolsa Família, para cada 1 real gasto com esse programa, há um impacto macroeconômico de 5 reais — 5 vezes maior —, um impacto na Previdência de 2,1 reais e um impacto nos Benefícios de Prestação Continuada de 2,7 reais.



Eu vou terminar, Sr. Presidente, apresentando uma questão entre a causa e a consequência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Márcio, poderia voltar para a imagem anterior?

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Este é um estudo do IPEA.

Há um gráfico do qual não falei antes — economista gosta de tabela e gráfico, e nem sempre eles são tão simples. Temos aqui a evolução, desde a década de 60, da participação da renda do trabalho na renda nacional, ou seja, de quanto os salários representam em relação ao PIB — esse é um índice de evolução. Em azul, está representada a evolução do índice de Gini, da desigualdade.

O que nós temos no período recente é uma queda no índice de Gini e um aumento na participação do trabalho. Isto aqui foi o que fez com que o Brasil, de certa maneira, chamasse atenção do mundo, porque infelizmente o mundo vive uma situação que é de regressão, de aumento da desigualdade, da pobreza, do desemprego. Nós criamos um modelo relativamente importante, combinando democracia e crescimento econômico com distribuição de renda. É isso de certa maneira que está ameaçado, e parte dessa ameaça tem a ver com as reformas que estão em curso, no meu ponto de vista.

No Parlamento do Império brasileiro, no final do século XIX, alguns ilustrados brasileiros fizeram uma análise comparativa entre a posição do Brasil e a dos Estados Unidos. Ali se criou a tese de que o problema do Brasil era a demografia. Como assim? Segundo essa tese, o problema do Brasil era justamente a miscigenação, a presença dos negros. Era isso que nos fazia diferentes dos Estados Unidos e, portanto, justificava o nosso atraso.

Quando o problema demográfico foi colocado no centro da agenda do Império e do início da República Velha, tomou-se uma série de iniciativas para evitar esse problema e superar o atraso brasileiro, através da substituição do trabalho do escravo pela mão de obra branca, pelo imigrante branco. Há registros muitos interessantes do Parlamento do Império brasileiro mostrando por que deveria vir ao Brasil alemão e italiano e por que não deveria vir africano, indiano, etc.

O fato concreto é que o censo de 1872 revelou que dois terços da população brasileira eram de não brancos, como negros e índios, e um terço da população era



de brancos. O censo de 1940, com o qual é possível comparar melhor, mostrou a inversão disso: o Brasil passou a ter dois terços de população branca e um terço de população não branca.

Ocorre que essa inversão, que foi resultado de um entendimento de que o problema do atraso brasileiro era a demografia, não resolveu o problema. O que resolveu o problema foi isto aqui: o crescimento econômico, a industrialização, a existência de um projeto para o País. Foi isso que criou outra perspectiva, um novo horizonte para o nosso País do ponto de vista da expansão do emprego. Ali os senhores podem ver a participação no PIB, que chegou, nessa série, a quase 22% na década de 80 — em 1940, era de 11%.

Foi isso que possibilitou que outros ilustrados, como a geração de 1920, demonstrassem que o problema brasileiro não era demográfico. Na verdade, a unidade nacional havia sido construída sobre a miscigenação. Essa foi, no fundo, a base pela qual se construiu uma sociedade tropical — localizada entre os trópicos —, com a primazia e com o protagonismo brasileiro. E a industrialização permitiu que este País deixasse de ser um país primitivo, meramente agrário, para se tornar a oitava economia do mundo nos anos 80. Então, houve um projeto de crescimento que sustentou as demais políticas.

Estou dizendo isso porque aparentemente nós estamos de novo prisioneiros do problema demográfico. Parece que o atraso, que os obstáculos ao crescimento do Brasil decorrem da demografia, que está mudando: vai haver pessoas mais velhas, e isso vai ter um peso cada vez mais sobre o Estado, vai asfixiar o País.

O problema não é a demografia. É evidente que a demografia tem que ser considerada, mas obviamente nós temos a experiência de outros países que também passaram pela transição demográfica pela qual nós estamos começando a passar e não tiveram, por isso, a necessidade de fazer profundas reformas no seu sistema de Seguridade Social.

O problema nosso, volto a dizer, está nessa queda da participação da indústria. Por força da recessão, hoje a indústria no Brasil responde por 8% a 9% do PIB. O setor industrial brasileiro está equivalendo às décadas de 1910 no Brasil. O País não tem um projeto de crescimento. Crescer para onde?



Vejam a evolução do PIB entre 1945 e 1980. Nós crescemos, nesse período de 35 anos, 1.163% ou 7,3% como média anual. No período que se inicia em 1981, que é o período da transição democrática, o período mais longo da democracia brasileira, o que nós temos? Um crescimento de 110% acumulado e uma variação do PIB anual de 2,1%.

Esse crescimento pífio obviamente dificulta enormemente o financiamento das políticas públicas. Portanto, o problema não é necessariamente a questão demográfica. Podemos dizer que esse é o problema e focar nele, mas nós não vamos resolvê-lo, porque é uma consequência. A causa do que estamos vivendo é o País não ter crescimento econômico.

Sem crescimento econômico, não teremos condições de dar suporte a uma sociedade civilizada, a uma sociedade para todos os brasileiros. Cada vez mais, vamos utilizar aquele velho chavão de que “*o povo brasileiro não cabe no orçamento, o povo não cabe no Estado*”. Mas, quanto mais cortamos, menos arrecadamos. Esse é um círculo vicioso.

Senhoras e senhores, não há nada que nos impeça de fazer um bom projeto que atualize o nosso sistema de Seguridade Social, que tem problemas, que vem sendo atualizado, que vem sofrendo reformulações. Porém, uma mudança tão profunda, num espaço tão curto de tempo, vai servir a quem? Este é um questionamento que muitos brasileiros certamente vêm fazendo: qual é a possibilidade de essas mudanças responderem, de fato, aos anseios que nós temos hoje por um padrão de vida superior?

A Previdência nos abre uma perspectiva. Trata-se de uma visão tão ampla dos seus efeitos sobre as regiões, sobre as cidades, sobre as pessoas, sobre a economia, que nos permite uma qualidade muito maior do que imaginamos em relação a uma decisão, pois seus efeitos serão sentidos daqui a 20 anos, 30 anos, 40 anos.

Esperamos que a decisão dos senhores e das senhoras seja justa para o Brasil que nós todos desejamos: um país democrático, um país com crescimento sustentável, um país com uma distribuição de renda decente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Registro que concedi ao Prof. Pochmann um tempo extra de 4 minutos.

Estão encerradas as inscrições. Algum dos presentes não se inscreveu?
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. está inscrito, Deputado.

Estão encerradas as inscrições.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - São quantas inscrições, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - São 19.

Vamos passar a palavra ao Relator, para que faça as suas considerações iniciais. Prevalece aquela condição de que, tendo falado o Relator *ad hoc*, não falará, pelo menos como Relator, o Deputado Arthur Oliveira Maia, Relator efetivo.

Concedo a palavra ao Deputado Reinhold Stephanes.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Eu vou começar divagando um pouquinho também. Hoje eu aprendi que os meus antepassados vieram participar da colonização do Brasil. Foram convidados a vir para o País por uma questão racial que eu desconhecia. Confesso que aprendi hoje uma novidade. Acho que o Deputado Assis do Couto também deve ter aprendido essa novidade hoje.

Divagando um pouquinho mais, eu discordaria profundamente da afirmação de que o sistema previdenciário brasileiro começou a ser construído há 2 séculos. Eu teria ene razões para falar sobre isso. Eu diria que, basicamente, ele começa quando Getúlio Vargas baixa um decreto e diz que, devido à grande corrupção e à incapacidade gerencial, etc., está suspensa a Previdência Social no Brasil. A partir dali, nomeia-se um grupo de estudo que começa efetivamente a desenvolver uma Previdência Social que mais se aproxima dos conceitos atuais.

Mas o que me chama a atenção é que aqui sempre caímos no mesmo conceito, na mesma discussão, no mesmo debate: só se fala do Regime Geral de Previdência Social. Eu não ouvi uma única palavra sobre os demais regimes de Previdência Social. O Brasil não tem só um regime de Previdência Social. Os outros gastam mais, têm um déficit muito superior, são muito mais injustos, são muito mais



precoces as aposentadorias, mas ninguém fala sequer uma linha se referindo a isso como parte da Previdência Social brasileira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Parabéns, Deputado Reinhold Stephanes!

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Eu acho que, pela primeira vez, V.Exa. concorda comigo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Concordei. É lógico.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Não sei. Acho que V.Exa. está sendo sincero.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Inclusive os militares, que não entraram na reforma.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Inclusive. É claro. Refiro-me a servidores públicos, militares, Judiciário, enfim, toda essa gama. Ninguém fala uma única palavra aqui quando se trata de um tema tão sério chamado Previdência Social.

Outra questão que me chama a atenção é que eu não vejo como esta reforma pretende alterar algum item do conceito Seguridade Social — eu não vejo. Em relação ao que está na Constituição, até hoje não foi aplicado sob o ponto de vista orçamentário, foi aplicado sob o ponto de vista de proteção social. Até foi aplicado, e acho que deve continuar. Enfim, poderíamos debater especificamente os pontos que essa reforma vai atingir. E aí não se trataria de ser contra a reforma, mas ser contra aquele ponto que não vai ser atingido.

O nosso conferencista desenvolveu uma teoria perfeita da Escola Cepalina. Eu sou formado pela Escola Cepalina. Embora essa teoria tenha deixado de ser praticada há 30 anos, a explanação está perfeita. Não vou entrar nos detalhes, mas sou formado nessa escola e conheço bem a teoria cepalina. Não vejo onde isto se choca, no momento, com a reforma que se discute. Refiro-me a ampliar o tempo de contribuição do juiz, do procurador, do auditor fiscal; a alterar o sistema de promoções do Exército brasileiro ou das polícias militares, etc.; a solicitar que essa gente que se aposenta com 52 anos ou 53 anos continue ativa pelo menos até os 55 anos ou 60 anos, ou um pouco mais, em uma leve transição. Eu não vejo em que



ponto isto se choca evidentemente com a chamada Seguridade Social, que tão bem foi colocada aqui.

O relatório ainda não está fechado. Eu não posso falar em nome do Relator, mas o relatório ainda não está fechado.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pode sim.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Ah, posso falar. O Relator está aqui. Muito bem. Eu nem preciso levar ao conhecimento do Deputado, que já tomou conhecimento.

Muito obrigado. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele perdeu a vez, pela regra de ontem.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ele encerra agora, senão o Relator não pode falar depois.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela regra de ontem, o Relator já não pode mais falar.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Ele já não pode mais falar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Hoje já falou o *ad hoc*.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - A relatoria está bem representada nas palavras do ilustre Prof. Reinhold Stephanes. Não há nenhuma dificuldade. Ele falou por mim, na condição de Relator *ad hoc*, e tem dado uma grande contribuição a esta relatoria.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, já que o Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, está presente, S.Exa. poderia nos esclarecer se os Estados e Municípios vão entrar ou não em seu relatório. Quero saber se houve o recuo, o recuo do recuo e o recuo do recuo do recuo.

Talvez o Deputado pudesse esclarecer essa questão, porque a Comissão Especial está ansiosa.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - As filantrópicas também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós temos aqui uma ordem de inscrição. Em razão de um pleito da Oposição no dia de ontem, ficou definido que, em falando o Relator *ad hoc*, o Relator não mais utilizaria essa prerrogativa,



podendo falar em nome da Liderança, no momento adequado. Mas já estão encerradas as inscrições.

Então, eu entendo que essa pergunta não deva ser respondida neste momento.

Vamos seguir.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - No relatório, quando eu acabar o trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - No relatório, nós vamos ter esse tipo de informação, efetivamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Seria uma satisfação à Comissão, já que o Relator não tem vindo. Sobre essa matéria, ele se reúne mais com o Temer do que com a Comissão. Acho que seria interessante.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado Ivan Valente, V.Exa. não está sendo justo comigo. Ontem, de fato, não pude comparecer à reunião, mas, ao dizer que eu não tenho vindo, V.Exa. passa uma ideia de que há uma continuidade de ausência de minha parte, o que não é justo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pelo menos na questão dos Estados e Municípios...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. não pode dizer assim. Em relação à questão dos Estados e Municípios, uma proposta foi apresentada. Essa alternativa está colocada na Mesa das possibilidades, mas este Relator ainda não tem uma opinião formada a respeito desse assunto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Vamos dar sequência.

O primeiro inscrito é o Deputado Edmilson Rodrigues.

Deputado Edmilson, como V.Exa. faz para ser sempre o primeiro aqui?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Durmo pouco. Acordo cedo. Trabalho 16 horas por dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. não se inscreveu ontem? Eu já estou começando a ficar preocupado com essa história. *(Risos.)*



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ele sempre se inscreve na noite anterior. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vi V.Exa. chegar mais tarde. Hoje, quando V.Exa. adentrou, pensei: "*Hoje o Deputado Edmilson Rodrigues vai ficar para o fim*". Mas agora estou vendo aqui a lista.

Mas vamos lá. Sempre é um prazer ouvi-lo. V.Exa. dispõe de 8 minutos, somado o seu tempo de Liderança.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Obrigado, Sr. Presidente.

Ontem eu falei que o Governo Fernando Henrique fez uma reforma e mereceu oposição radical da Oposição. Àquela altura eu era uma liderança do PT, partido do qual fui fundador, com muita honra, e ao qual dediquei um quarto de século da minha vida. Fiquei 25 anos construindo um partido que ajudou a fazer a crítica contundente, radical e de conteúdo ao neoliberalismo expresso no Governo Fernando Henrique, à privatária instalada, à destruição do Estado brasileiro, à agenda nacional submetida à geopolítica norte-americana e dos demais países cêntricos do capitalismo, à imposição da agenda do Consenso de Washington em relação à dignidade do povo.

Infelizmente, o Lula assumiu e, antes da posse, já havia assinado a *Carta ao Povo Brasileiro* e abandonado o projeto de um programa democrático e popular para o Brasil. Essa é uma realidade.

Não acho que os Governos do Lula e da Dilma foram iguais aos do Fernando Henrique. Não há uma equiparação. Eu seria injusto se dissesse que o salário mínimo não cresceu quase 75% — em termos reais, não apenas como reposição de perdas inflacionárias. Então, foi justo.

Assim também ocorreu com os servidores públicos. Na verdade, houve uma reforma da Previdência que atingiu principalmente os servidores públicos. A reforma do Lula impôs o desconto para os aposentados e retirou a aposentadoria especial de várias categorias, inclusive a dos professores, que estão em greve em todo o País neste momento.

Eu, por exemplo, sou professor em dois cargos efetivos. No ensino técnico do Estado do Pará, já tenho tempo para me aposentar; na universidade, se a reforma for aprovada antes de 13 de agosto, eu perco mais uma vez.



O trabalhador vive esse drama. Hoje sou Deputado, mas antes disso eu sou um professor, sou um arquiteto e vivo do meu salário, até porque não vou usar meu mandato para fazer negociatas e virar um novo rico no Brasil, como muitos fazem.

Por isso, vamos deixar essa história que aqui tem sido falada, como agora mesmo foi, de que os regimes próprios implicam gastos crescentes, porque, na verdade, o que podemos provar é que os gastos são decrescentes, principalmente desde a reforma feita sob o comando do Lula.

Portanto, há um déficit fabricado. Todos já mostraram aqui que, desde 1991, cresceu apenas 8% o número de novos servidores. Têm decrescido os investimentos nos setores públicos realizados de forma direta. Tudo isso gera um prejuízo, mas tem relação com o projeto de sociedade e o modelo de desenvolvimento, uma discussão em que infelizmente não conseguimos avançar aqui.

Há um padrão de acumulação capitalista sanguinário no País. Ontem, a Profa. Denise Gentil fez a sua palestra. Eu tenho concordância com muitos palestrantes e quero parabenizar a brilhante análise histórica do Prof. Márcio Pochmann, que tem minha admiração.

Mas quero fazer referência ao que ouvimos ontem na palestra da Profa. Denise Gentil, pois houve um esforço de pensar, mesmo dentro da lógica do capitalismo, uma forma de desenvolvimento que redundasse, pelo lado da receita, em maior equilíbrio e sustentação do sistema de assistência social e previdência.

Infelizmente, foi desconsiderada aquela palestra e a convidada foi vítima até de desrespeito por parte do Líder do Governo. Não se leva a sério uma reflexão estratégica para o País.

Eu tenho dados que a Oxfam, um órgão britânico, publicou não faz muito tempo: 1% da população detém mais de 50% da riqueza mundial; menos da metade dessa riqueza está nas mãos de 99% da humanidade.

Há 2 anos, o Fórum de Davos — estou falando do Fórum Econômico Mundial — mostra-nos que 85 pessoas detém riqueza igual ao que está nas mãos de metade de todos os pobres do mundo. Não estou falando do Fórum Social Mundial, mas do Fórum Econômico Mundial. Há publicações mais recentes que dão conta de dados



como estes. O IPEA fez uma análise importante sobre os super-ricos no Brasil. O resultado é assustador!

Eu queria demonstrar aqui uma estratificação: os 50% mais pobres do Brasil detêm 2% da riqueza nacional; outros 36%, um pouco menos pobres do que os 50% mais pobres, detêm 10,6%; outros 13%, já indo para a camada dos mais ricos, detêm 87% da riqueza, em uma classe média forte. Mas o dado interessante é que, quase fechando os 100%, apenas 0,21% detêm 40,81% da riqueza nacional.

Este País é muito injusto, porque concentra riquezas, concentra terras, não desenvolve políticas como a de reforma agrária, está destruindo a política indigenista. Além disso, os quilombolas sofrem ataques permanentes. Agora camponeses, mulheres, trabalhadores em geral sofrem um ataque cruel com essas propostas de reformas previdenciária e trabalhista.

Então, o que fazer? Na cabeça de quem defende a reforma, não há saída, senão fragilizar ainda mais os que já são frágeis. Muitos eu até respeito, porque percebo que têm um pensamento ideológico, não conseguem mesmo ver e estão crenes de que essa é a única saída. Mas há muitos que estão tirando sarro da nossa cara. Digo isso porque sabemos, para além da análise do Prof. Márcio, qual é a realidade.

Imagine, Deputado Major Olimpio, como vai crescer a violência com a fragilização e a falta de incentivo para que jovens sejam policiais civis e militares! Como ficará a educação, Dr. Márcio, se os professores tiverem negado o piso salarial — que já está comprometido —, que agora alcançou 2 mil reais, com um congelamento por 20 anos, mais a reforma trabalhista, mais a reforma previdenciária?

A reforma trabalhista incide sobre os trabalhadores do setor privado. Há um ataque aos serviços públicos. Qual será o futuro deste País com a destruição da dignidade de categorias de trabalhadores tão fundamentais para se pensar um futuro feliz?

Ontem, fiz uma cobrança ao Sr. Fábio Giambiagi, mas ele se sentiu ofendido e até tentou me desrespeitar — desculpe-me, Deputado, mas isso ocorreu com a aquiescência do Presidente da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não estava presente.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Foi com a minha aquiescência. V.Exa. é que tinha que usar a palavra na hora correta.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não justifica. Eu ouvi a minha fala, que inclusive está publicada na Internet. Nela eu falo que alguns dizem que não têm ideologia, que estão aqui para defender o futuro do Brasil, mas seguem a receita do Consenso de Washington. Quando me referi nominalmente a ele, eu disse que o BNDES tinha um papel importante no desenvolvimento do País, e ele poderia contribuir com isso.

Eu vou concluir, Sr. Presidente.

Dr. Márcio, qual é a perspectiva nessa linha de um projeto alternativo de desenvolvimento que nos tire deste debate sobre o quanto se vai retirar dos mais pobres?

Alguns, como o PSDB fez agora, dizem o seguinte: “*Só votamos se garantirmos transição, isso ou aquilo...*” É um bombonzinho para o garoto ficar feliz, mas continuar vivendo na rua, pedindo dinheiro, passando fome e sendo morto pelos socos dos seguranças de restaurantes privados, como ocorreu recentemente com um garoto em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Como fica a dívida pública nesse contexto? Ela já está em 4 trilhões. Em 1995, a dívida era de apenas 86 bilhões — refiro-me à dívida interna.

Então, realmente, não há caminho para se tributar as grandes fortunas? Há alguma forma que obrigue os Estados a legislar sobre impostos que incidam em heranças, ou que os obrigue a suspender esses mecanismos de benefícios fiscais e creditícios para os poderosos, para os ricos? Além disso, há os REFIS, que só favorecem os latifundiários, os agronegociistas e as grandes empresas transnacionais.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia, pelo tempo de 5 minutos, aos quais se somarão os 9 minutos da Liderança do PT. Ao todo, V.Exa. dispõe de 14 minutos.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu não sei se algum Parlamentar do PT quer utilizar o tempo comigo. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que reparta esse tempo de Liderança entre mim e o Deputado Assis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, V.Exa. utilizará 5 minutos agora e, no momento em que o Deputado Assis for chamado, ele utilizará o restante do tempo. Como seriam 9 minutos e meio, eu arredondo para 10 minutos. É sempre uma honra ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Em homenagem a V.Exa.: positivo. *(Risos.)*

Primeiro, quero dar boas-vindas ao prezado Prof. Márcio Pochmann. Vou tentar recuperar parcialmente aquilo que foi, na minha compreensão, a sua linha geral de raciocínio. A partir daí, vou tentar explorar o seu conhecimento, no bom sentido.

A sua primeira frase foi para dizer que hoje, no Brasil, a Previdência incorporou outros mecanismos sociais e, portanto, não se resumia à questão previdenciária. Antes de falar de toda aquela evolução, nós podemos antecipar que o senhor defendeu a Seguridade Social.

Ali mostrou que, desde a Lei dos Pobres, na Inglaterra, em 1601, a evolução foi acontecendo, por um lado, de uma maneira didática e, por outro lado, de forma muito sólida. Demonstrou-se, primeiro, que ninguém chegou à seguridade como um raio repentino em um dia ensolarado — houve uma construção —; segundo, que esse é um tema internacional que, na minha opinião, que é mais ou menos óbvia, se calca, acima de tudo, numa visão de sociedade em que caibam todos, inclusive os mais pobres.

Ressalto essa informação, ainda que óbvia, porque, na minha opinião, essa proposta de reforma atinge duramente os mais pobres — atinge praticamente todo mundo, mas atinge mais duramente os mais pobres.

Para não repetir o que não é necessário, até porque foi bastante didática a sua explanação do ponto de vista de como a coisa evoluiu, eu quero chegar ao que o senhor chamou de impactos da reforma.



Primeiro — isso foi cobrado pelo Relator *ad hoc*. Por isso, quero chamar a atenção —, voltaria a ser um seguro social. Eu gostaria que o senhor se dedicasse um pouco mais a nos demonstrar isso, especialmente àqueles que discordaram nesse tema. O senhor afirmou que vai aumentar em 15% a força de trabalho na disputa pelo mercado, o que vai resultar, digamos assim, num aumento de desempregados de 23% para 25%.

O senhor disse mais: conseqüentemente, quanto mais pessoas disputarem o mercado de trabalho, tem-se como conseqüência a redução do salário e, portanto, da massa salarial e da contribuição para a própria Seguridade Social ou Previdência Social. Além disso, aumentaria de 13% para 25% o número de pessoas procurando emprego, o que resulta na taxa de desempregados.

Há uma outra afirmação que eu gostaria de comentar. Eu parto do pressuposto, pela sua história, pela sua seriedade, de que o senhor tem como nos provar todos esses elementos. Se não for aqui, será depois. Cada 1 real gasto em previdência ou gasto social implica 2 reais na economia. Eu gostaria que o senhor se detivesse a esse tema.

O senhor chamou a atenção para o aumento da pobreza notadamente entre os idosos. No Brasil, nós temos 82% dos idosos cobertos pela Previdência Social. Nós estamos à frente de todos os países da América Latina. O Brasil tem a segunda taxa de formalização do trabalho, entre outras conquistas que estou mencionando apenas de passagem, dada a relevância do tema.

Em algum momento dessa evolução, houve polêmica no sentido de que a proposta de aumento de conquistas sociais iria inviabilizar o sistema? A título de lembrança, vou mencionar duas ou três coisas que me ocorrem de memória.

Toda vez que se discutia aumento real do salário mínimo, qual era a tese defendida pelos adversários da repartição de renda? Era a tese de que isso iria quebrar a Previdência e iria quebrar os Municípios. Qualquer um aqui vai se lembrar disso.

Outra coisa: na minha opinião, algumas das provas de que a repartição de renda minimamente mais justa melhora a economia são o Bolsa Família e o Microcrédito; diferentemente, por exemplo, das desonerações que são feitas para grandes grupos econômicos brasileiros.



Assim sendo, eu pergunto: nessa evolução histórica, quantas vezes houve o debate de que não seria possível viabilizar isso e quantas vezes a previsão — que eu vou chamar de pessimista — se confirmou? Que eu saiba, ela nunca se confirmou.

Eu concordo com a sua observação. Aliás, nós temos feito aqui algo semelhante. Ninguém está dizendo que não temos que prestar atenção na demografia, ou nos custos, ou na evolução dos custos. Foi muito interessante essa sua última frase sobre a tese antiga de que o povo não cabe no orçamento, ou seja, de que o povo não cabe no Estado. Sempre se discute o custo, mas não se discute a receita.

V.Sa. não tratou especificamente da receita, mas chamou a atenção para o seguinte: não podemos caminhar para o século XXI com o farol apontado para o século passado. Nós estamos numa economia em transição e, por consequência, a Previdência também está em transição.

Eu queria fazer uma pergunta sobre um tema que ontem a Profa. Denise Gentil abordou. Acho que este debate seria muito útil para nós: como aumentar a receita?

Ontem, por exemplo, o Prof. Marcos Lisboa disse que há 40 anos a produtividade no Brasil não cresce. Houve um ponto de identidade entre o que ele falou e o que a Profa. Denise falou — talvez tenha sido um dos pouquíssimos, ou único ponto —, que é exatamente o aumento da produtividade.

Nessa sua exposição, em que medida nós poderíamos acrescentar, se possível e a seu critério, o debate da produtividade? Eu quero fazer aqui uma equação que pode ser até falsa, mas serve para provocar o raciocínio e, portanto, o debate. Numa outra audiência pública, alguém seguiu a linha de que, na verdade, teríamos que mudar o modelo econômico, para que pudesse haver desenvolvimento e para que fosse fortalecida a Previdência.

Um Parlamentar questionou isso dizendo: *“Mas você não está na condução da economia”*. Essa foi uma contestação parcial, porque, na minha opinião, na essência, mesmo este Parlamentar, que é qualificado no tema da Previdência, não questionou o ponto central: se há desenvolvimento econômico, melhora a



Previdência. A esse respeito, no período do Lula, digamos, durante 7 anos ou 8 anos, a Previdência foi superavitária e a Seguridade foi superavitária.

Finalmente, eu queria também pedir a sua colaboração — vou chamar assim. Nós temos os devedores inscritos como dívida ativa. Como tratar disso? Nós temos a sonegação, temos a fraude, temos os recursos infundáveis ao CARF, ou seja, a estrutura do Estado brasileiro não vai em cima de quem deve, vai em cima daqueles que quase nada têm, o que se resume basicamente na esperança de qualquer ser humano de um dia estar melhor de vida.

Então, eu gostaria que o senhor nos ajudasse também com essa reflexão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, agora pelo critério de Liderança.

Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. somará o seu tempo de inscrição ao tempo de Liderança e disporá, portanto, de 10 minutos.

Eu me retirarei por alguns minutos e já retornarei.

Passo a Presidência ao 1º Vice-Presidente, o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Dr. Márcio Pochmann, primeiro, eu quero registrar que aqui na Câmara há uma verdadeira escola sem partidos. Ontem, nós ouvimos a exposição do Dr. Marcos Lisboa, que tem, em termos acadêmicos, a mesma elegância na apresentação que V.Sa.

V.Sa. nos deu uma aula de história da economia, com foco no surgimento das previdências no mundo, desde muito antes de Bismarck. Portanto, como Parlamentar, quero agradecer a V.Sa. o trabalho de preparar uma exposição para nós.

V.Sa. poderia dizer que os modelos matemáticos que V.Sa. desenvolve são estocásticos, mas não são. Como todos os modelos matemáticos, eles são rígidos, de certa forma. V.Sa. desenvolve um modelo baseado na tese de que aumentar a produtividade não gera desenvolvimento — foi o que eu li. Aumento da produtividade se obtém aumentando a oferta de mão de obra e aumentando a racionalidade no uso da mão de obra. A tese de V.Sa. é a de que ter mais — é claro que as estatísticas são desfavoráveis. À medida que se tem mais oferta de mão de obra, as estatísticas são desfavoráveis. Isso tem a ver com o processo migratório.



Se a Alemanha tivesse em busca apenas de estatísticas, a grande líder do mundo, Merkel, não teria aberto o processo imigratório recente na Alemanha, que a fez perder inclusive popularidade entre a extrema direita. Então, há que se ter oferta de mão de obra.

No Brasil, evidentemente, quando a oferta de mão de obra se confronta com o não crescimento, tem-se um crescimento estatístico de desemprego. Essa é a minha divergência na exposição de V.Sa., que, aliás, diverge também da exposição de Marcos Lisboa, que a centrou na questão da produtividade.

A produtividade brasileira anda mais ou menos igual a que andava há 15 anos. Quando a Coreia tinha uma produtividade que era 30% da produtividade americana, abaixo da nossa, a brasileira andava na faixa de 30%. Hoje, nós estamos ligeiramente abaixo e a Coreia ligeiramente acima dos 60%. A Coreia não se desenvolveu apenas com programas de inclusão, mas se desenvolveu com programa econômico. Aí está o nosso confronto.

Quero fazer mais uma saudação à S.Sa. por sua exposição. Diferentemente de muitos dos que vêm aqui, S.Sa. não se colocou como defensor de corporações. O maior obstáculo à reforma tributária, Sr. Presidente Marcus Pestana, tem sido as corporações. Todo o mundo fala que está defendendo os mais pobres, mas, na verdade, está defendendo os mais bem remunerados, aqueles que têm emprego vitalício, com aposentadoria vitalícia e integral. Então, a exposição de S.Sa. foi muito ilustrativa, em que pese ser da tese de que nós temos que buscar, sim, a qualificação e oferta de mão de obra, e não induzir a não ter mão de obra.

S.Sa. deve conhecer o Osborne, que foi o formulador do programa econômico do último governo conservador inglês. Assistindo a uma exposição de Osborne, logo no começo, quando eles estavam para tomar posse, eles tinham começado a fazer levantamento das famílias inglesas que viviam dos benefícios do pós-guerra. E eles encontraram o avô, o filho, a filha e o neto, que já estava em idade adolescente, em idade de procurar a formação, preparando-se não para o trabalho, mas para os programas sociais.

Nós não somos contra programas sociais, nós somos favoráveis. Os debates que temos tido no seio da bancada do Governo têm sido focados basicamente em como não impactar as pessoas de menor renda, as pessoas que vivem no meio



rural. E essa proposta, em geral, não traz impacto para mais de dois terços da população brasileira; os que vão ser, eventualmente, impactados são um terço ou menos.

Eu quero aproveitar para saudar S.Sa. e, evidentemente, ouvir um pouco mais sobre esta questão inconsistente de se ter mais mão de obra sem que se seja favorável ao crescimento. É claro que, se há mais mão de obra, mas não se criam as condições para o desenvolvimento, surge uma crise.

O Deputado Arlindo Chinaglia, meu grande amigo, fez uma pergunta realmente interessante, que tem a ver com o meu raciocínio também. Eu me recordo, Deputado Arlindo Chinaglia, de que, no Governo do Presidente Sarney, houve o Plano Cruzado, que deu uma vitória fantástica ao PMDB nas eleições. Naquele Plano Cruzado, o Ministro da Previdência, um homem finíssimo, baiano, foi nosso colega aqui, Deputado Waldir Pires, ex-Governador. Trabalhava com ele outro Deputado também, que era o Secretário-Executivo dele.

Naquele momento, houve um superávit muito grande da Previdência, que levou Waldir ao Governo da Bahia, porque ele fez o milagre de resolver o superávit. Mas nós não podemos projetar um modelo de Previdência para viver apenas nos momentos de ciclo positivo da economia. Tem que ter estabilidade, previsão, quer dizer, tem que ter estoque, tem que ter solução, tanto que a colocação de S.Sa. é correta.

No momento em que o Governo do Presidente Lula experimentou o crescimento econômico, os problemas não afloraram. Os problemas afloram quando se tem um crescimento negativo do PIB de 22 meses, como nós temos agora.

Não me parece que o Dr. Márcio negue a necessidade de um programa de reforma da Previdência. Não senti que S.Sa. negou. Talvez, S.Sa. até discorde da forma, mas existem alguns que vêm aqui negar um programa de reforma da Previdência. Negar é tentar tapar o sol com a peneira, Deputado Marcus Pestana. O pior adversário — e há até no meu partido — são aqueles que se opõem: “*Não, não há necessidade disso*”, como se o dinheiro existisse, e o Governo estivesse fazendo a reforma só por perversidade.



O Presidente não está fazendo a reforma porque quer. Aliás, quero dizer que essa reforma é muito boa, mas muito boa para quem vai governar a partir de janeiro de 2019. Vai encontrar um Brasil em melhores condições para crescer.

Ontem, eu fiquei muito satisfeito em ver que também não vieram aqui dizer que não é necessária a reforma, não vieram defender castas, nem corporações, mas apresentar uma evolução histórica de um problema.

Quando S.Sa. começou a falar, eu me recordei de um artigo do Kenneth Galbraith, num livrinho dele, em que fala da questão da Previdência e de como era no meio rural do Brasil. Ainda criança — sou mais velho do que o senhor —, eu percebia claramente que ter filhos era uma forma de fazer Previdência. Ter mais bode era uma forma de fazer Previdência. Ter um pouquinho mais de terra era uma forma de fazer Previdência.

Então, nós evoluímos muito, e fico muito satisfeito de ver que um homem com a formação acadêmica do senhor vem aqui e não se coloca como um produtor ou um reprodutor de palavras de ordem. Nós estamos cansados de palavras de ordem. Muitos acadêmicos vêm aqui e se perdem no valor da academia e se entregam às palavras de ordem do partido.

S.Sa. mostrou o padrão de qualidade do seu trabalho, o padrão de qualidade da sua universidade, da qual tenho divergências. Mas isso é natural. Berkeley também é assim. Os senhores estão mais perto de Berkeley, e eu estou mais perto de outras. Não significa, entretanto, que nós não vamos conversar e não vamos nos entender.

Parabéns pela exposição! Eu queria apenas pedir para que S.Sa. disserte um pouco mais sobre essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, que tem os seus 5 minutos. Como o tempo de Liderança já foi utilizado pelo Deputado Edmilson Rodrigues, S.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Sr. Márcio Pochmann, grande economista que, com capacidade, deu esclarecimentos a esta Comissão. Eu lamento que a maioria dos governistas não esteja presente para ouvir. Há poucos aqui. Amanhã, na sessão com o Sr. Ministro da Fazenda, vai estar coalhado de gente aqui da Situação.



Sr. Márcio, uma frase de V.Sa. foi muito importante aqui: *“o gasto social é fundamental do ponto de vista da dinâmica da economia”*. V.Sa. fez todo um raciocínio em torno da reforma da Previdência e sobre a importância disso. Na verdade, nós vivemos tempos de demonização do gasto social. A lógica hoje é a da demonização do gasto social.

Eu acho que isso fica claro pela simbologia. Por exemplo, o Ministro da Fazenda é um banqueiro. O Ministério da Previdência foi extinto e está agora no Ministério da Fazenda. O Secretário de Previdência hoje é da BRASILPREV Seguros e Previdência S.A., empresa do setor privado que tem o maior interesse na privatização da Previdência pública no nosso País.

Não é verdade que não devemos fazer reforma da Previdência. Só que reforma da Previdência se faz, de 40 em 40 anos, em cima de cálculo atuarial. No Brasil, faz-se de 4 em 4 anos — o Deputado José Carlos Aleluia sabe disso. Fez-se no Governo Fernando Henrique, no Governo Lula, no Governo Dilma e, agora, quer-se fazer a reforma mais radical de todas no Governo Temer. O problema é exatamente este: não se faz em cima de um modelo matemático, mas num modelo fiscalista, tocado pelo capital financeiro.

V.Sa. tem dados sobre o problema causado pelo impacto de detonar a Previdência Social. Por exemplo, V.Sa. tocou num assunto crucial, e isso vai sensibilizar Deputados. A maioria dos Municípios brasileiros — eu acho que também V.Sa. afirmou isto — têm mais recursos vindo do Regime Geral de Previdência Social do que do Fundo de Participação dos Municípios ou de transferências. Isso quer dizer que vai haver um impacto monumental nos Municípios.

Eu acho que os Prefeitos estão começando a perceber isso, porque vêm pressionando os Deputados Estaduais e Federais também. Não é possível isso, entendem? Nós sabemos o que é o sistema de distribuição de renda. Praticamente 70% de todos os beneficiários recebem um salário mínimo, no campo, o trabalhador rural, e o trabalhador urbano.

É lógico que nós não podemos entender que, em nome de algumas distorções, os mais pobres e os mais vulneráveis paguem essa conta. Por exemplo, há pessoas que acumulam pós-teto. E todo mundo é contra isso, entende?



Servidores públicos acumulam pós-teto e quem paga a conta é exatamente quem não pode pagá-la.

Vou falar sobre educação. Os professores e, talvez, as professoras sejam as mais mobilizadas do Brasil inteiro hoje. Haverá, inclusive, uma grande manifestação no dia 31 agora. Eu vou dizer o porquê: 85% do magistério, Deputado José Carlos Aleluia, são de professoras. A professora vai se desvocator.

V.Sa. citou, inclusive, a situação da Coreia e a intervenção do Estado, mas também há a questão educacional. Há investimento maciço em educação. Aqui, o nosso Plano Nacional de Educação - PNE nunca tratou dos 10% do Produto Interno Bruto — PIB para a educação pública e o investimento. O piso salarial dos professores não dá 2.200 reais. Essa é a profissão mais desprestigiada que nós temos. Como nós podemos pensar no futuro dessa forma?

Eu queria citar a contribuição de S.Sa., que, ao falar do Programa Bolsa Família — que foi tão criticado também —, mencionou a proporção do rendimento póstumo de 1 para 5,2, digamos, com um investimento de 1 real, com a Previdência de 1 para 2 e com o Benefício da Prestação Continuada — querem acabar com o BPC na prática — para 70 anos e ainda desvincular do salário mínimo de 1 para 2,7.

Então, nós estamos vivendo um momento em que é preciso dizer à população brasileira que essa Previdência, na verdade, é uma resposta política ao mercado financeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Sr. Deputado, peço que conclua.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Essa é uma resposta que eles querem dar do ponto de vista político, e não do ponto de vista econômico. Como um Governo que não sabe se amanhã vai estar vivo — depois do que aconteceu com a chapa Dilma-Temer — quer fazer projeções para 2060? Isso não existe.

O que existe é saber como nós vamos agradar ao mercado financeiro e penalizar os que estão debaixo, os mais pobres e os mais vulneráveis. Daí a questão da distribuição de renda, da justiça social e da dinâmica da economia. Como S.Sa. nos trouxe essa contribuição criteriosa, rigorosa, tem que se mostrar isso.



Sr. Presidente, finalizo dizendo o seguinte: o nosso modelo é inglês, inclusive, o do Sistema Único de Saúde — SUS, e é um modelo vitorioso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Sr. Deputado, peço que conclua.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o Sarney, quando viu a Constituição de 1988, falou: *“isso não vai caber nas necessidades do povo brasileiro”*. E o nosso Ministro da Saúde acabou de dizer que o SUS não cabe no Orçamento do Ministério da Saúde, mas o pagamento de juros, a cobrança dos devedores da Previdência, as desonerações fiscais cabem. Nós temos números para provar que tem que se tirar dinheiro de outro lugar e não do sacrifício dos trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali. *(Pausa.)* S.Exa. não se encontra.

Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; população que nos acompanha; Dr. Márcio, em primeiro lugar, quero fazer os agradecimentos...

Eu tenho certeza de que grande parcela da população brasileira está muito feliz com a exposição clara e verdadeira do senhor, que falou sem se basear em bandeiras políticas e ideológicas, diferentemente do Sr. Marcos Lisboa, que ontem veio aqui e disse que todos os que não são favoráveis à PEC 287 têm como base questões ideológicas e partidárias. Quero que isto fique bem claro: S.Sa. fez uma exposição que alerta o povo brasileiro.

Com essa reforma, que eu chamo de PEC do Extermínio, podemos chegar a 25% da população economicamente ativa desempregada, aumentar o volume de pessoas que buscam o mercado de trabalho e não proporcionar mais vagas de trabalho.

Quero dizer a todos nesta Comissão que, quando eu mostrei o holerite do Sr. Marcelo Caetano e disse que ele era do Conselho da BRASILPREV, da qual recebe quase 10 mil reais por mês, os Deputados defensores da PEC... Aliás, a escala está meio falha aqui. No momento em que temos que dizer as verdades, a escala deles



fica em falta. Somem todos! Não tiveram o que argumentar com o senhor, Dr. Márcio, porque o seu conteúdo é muito profundo e verdadeiro. Então, aqui permanecem os que querem ratificar o que nós estamos dizendo há muito tempo para a população.

Quando eu disse aqui que a condição do Sr. Marcelo Caetano era imoral, disseram a mim: *“Mas é legal. Ele preenche os requisitos para ser do Conselho de Administração da Brasilprev”*. Eu digo que ele pode ter os requisitos legais, mas não tem os requisitos éticos e morais.

Hoje, a Comissão de Ética da Presidência da República pediu o afastamento do Sr. Marcelo Caetano do Conselho da BRASILPREV. O próprio Governo, a própria Comissão de Ética fala da sua imoralidade — não estamos nem discutindo a legalidade. Estamos falando de alguém que é de uma empresa privada, com interesses privados. Poderia ser um acionista do Banco do Brasil, mas me refiro ao Financial Group, que tem o maior interesse no tema. Agora, não é o louco do Major Olimpio que está falando, é a própria Comissão de Ética que fala da imoralidade do que está acontecendo aqui.

Quando o Ministro do Planejamento veio aqui, eu esfreguei em sua fuça que ele recebe 69 mil reais por mês, dos quais 42 mil são exatamente bonificações por pertencer aos Conselhos do BNDES e do SENAC. Aí, ele vem aqui cuspir regra, dizendo que um salário mínimo para o arranca-toco de um trabalhador rural é muito e que a mulher tem que se arreentar e se esquecer de todas as outras jornadas da vida e se aposentar com o mesmo tempo. É a isso que estamos assistindo.

A cada dia, essa PEC se esfarela mais, exatamente porque ela não tem substância. O Governo não consegue nos mostrar dados fidedignos em relação à Previdência. Aliás, eu tenho os dados para discutir amanhã com o Ministro Meirelles. Vamos esperá-lo de braços abertos. Eu sei que a escala de proteção vai ser muito grande, mas a escala da verdade aqui também vai ser forte. Podem ter certeza disso!

Nós vamos debater exatamente o que ele diz. Ele e sua Assessoria dizem que há déficit no Regime Geral de Previdência e mostram os percentuais. Ele mostra o déficit até 2060 e, depois, mostra o percentual de déficit dos regimes próprios, como se tivéssemos dois PIBs no mesmo ano. Amanhã, nós vamos



mostrar que o percentual é completamente diferente. Começa em 2026, com a diferença de 2 bilhões de reais, e termina em 2060, com a diferença de 60 bilhões de reais; a mentira e a farsa mostradas. Mas isso nós vamos discutir amanhã.

Hoje, foi um dia de argumentações. S.Sa. já está deixando dados com a Comissão, que só fortalecem o que nós estamos dizendo, muitas vezes, não com a propriedade do economista, do técnico, mas com a verdade que a população e que os segmentos vão nos trazendo.

Dizem que as corporações atrapalham, etc. O que está atrapalhando este País, há um bom tempo, é um bando de ladrões: é neguinho que está na Zelotes, é neguinho que vendia medida provisória, é neguinho com apelido bonito, como está estampado nas páginas dos jornais. Vá para o inferno! É o professor ou o policial que está arrebatando a PEC 287? Quem está arrebatando este País é um bando de safardanas que agora ainda vêm dizer: *“Olha, agora é a hora de consertar!”* Mas querem consertar em cima daquele miserável!

Eles não conseguem rebater, porque o Dr. Márcio diz que nós podemos aumentar para 25% o número de desempregados no País. Acabou! Cadê os dados? Cadê a contrapartida? Aí, dizem: *“Eu quero conversar contigo nos bastidores”*. Ora, tragam os dados aqui! Vamos aproveitar o especialista e vamos debater com ele, para mostrar que não é coerente o que se está dizendo. Mas eles não fazem isso.

É lamentável ver que, apesar de todo trabalho que estamos produzindo aqui, há pouca presença ou quase ausência do Relator. Não é brincadeira o que nós estamos falando. Fica parecendo que o relatório está pronto e que temos que cumprir tabela.

Há alguns dias, houve um painel sobre a participação da mulher na sociedade brasileira e no trabalho. Não havia ninguém aqui. O Relator não estava aqui. No momento em que a Comissão traz outros convidados, que não foram nem indicações nossas, também não temos presença. Será que o conteúdo não é interessante? Será que não queremos o aperfeiçoamento do País?

Podem ter certeza absoluta do que falo. Depois dessa exposição, eu fiquei ainda mais convencido e mais esperançoso de que nós vamos destroçar esse projeto da forma como está.



Temos que ouvir aqueles que vêm aqui lutar pela manutenção não de privilégios, mas de garantias mínimas, aqueles que estão de mãos dadas com os mais pobres da população brasileira, com os que mais precisam. Lembro sempre que, quando falamos no sistema como um todo, o Governo rebate dizendo que o déficit criado é simplesmente pela diferença das contribuições que são feitas. Aí, nós falamos: *“Mas, em relação à Seguridade Social, o art. 195 não fala exatamente das contribuições sobre o lucro líquido, sobre o PIS/PASEP, sobre outras contribuições?”* Será que nós não temos a DRU — Desvinculação de Receitas da União aqui? O Líder do Governo aqui dentro foi o Relator da DRU. Ele queria que fosse para 36% — era 20%, e ele queria que fosse para 36%. Depois diz: *“No momento em que o dinheiro vai para a assistência social e para a saúde, nós só vamos aumentando este buraco aqui”*.

Finalmente, eu quero dizer que, hoje, houve demonstração de fragilidade da estrutura de Governo. Pautaram o PLP 343, para arrebentar e dinamitar os servidores públicos nos Estados, para a rolagem das dívidas, mas o Governo sentiu que ia perder no Plenário. Então, retiraram o projeto de pauta. Vamos dizer para os servidores: *“Permaneçam mobilizados!”* É necessária a regularização da situação fiscal dos Estados, mas não à custa do sangue daqueles que já estão contribuindo.

Mais uma vez, parabéns, Dr. Márcio! Muito obrigado pela argumentação. É o povo brasileiro que vai lhe agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Deputado Major Olimpio, V.Exa. pode ficar tranquilo. O Relator me garantiu que está passando as madrugadas lendo as notas taquigráficas, com atenção especial às suas intervenções.

Como combinado, depois de 1 hora e meia, nós passaríamos...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Isso é uma ameaça, Sr. Presidente, ou é uma constatação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Não. Ele está se dedicando particularmente às profundas e embasadas intervenções de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Se for uma ameaça, todos nós temos que ir embora. *(Risos.)*



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu já tinha sido chamada. Se V.Exa. me permitir, peço a palavra. Eu fui chamada com urgência ao plenário pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Eu consulto o Plenário, porque foi feita uma série de perguntas e temos que privilegiar a presença. A Deputada Jandira Feghali é a próxima Líder inscrita.

Deputada Jandira Feghali, V.Exa. dispõe dos 9 minutos da Liderança da Minoria mais os 5 minutos, totalizando 14 minutos. Peço que seja econômica, já que está sendo feita uma concessão.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Até já passei pela anuência, eu vou tentar ser econômica. Vou ser muito rápida. Tenho três questões que eu gostaria que o Prof. Márcio Pochmann respondesse.

Primeiro, eu gostaria de parabenizá-lo, professor, pela qualificadíssima exposição, que muitas vezes saiu da questão pontual e elevou a discussão para um âmbito maior — conceitual, macroeconômica, econômica. S.Sa. apontou que a saída é a economia, não é a mudança da regra ou da cobertura dos gastos sociais. Nós temos falado isso aqui, mas não de forma tão competente. Então, é importante trazer a sua formulação para esta Comissão.

Eu lamento que a sua Mesa não tenha sido depois da Mesa do Ministro, porque esse era o combinado. Aliás, a sua vinda como expositor único surgiu pela existência da proposta da vinda do Ministro Henrique Meirelles. Então, primeiro, ele falaria e depois, no contraditório, falaria o senhor. Mas o Presidente da Comissão inverteu a ordem e colocou o senhor primeiro. Dessa forma, nós vamos ter a Mesa com o Ministro sem o contraditório da fala dele. De qualquer maneira, vamos aproveitar muito a sua intervenção para fortalecer a nossa intervenção amanhã em relação ao Ministro.

Toda a sua formulação, inclusive, histórica, vai mostrando que a construção das políticas de proteção social foi na direção da ampliação de cobertura. A responsabilidade dos legisladores — no caso, dos Constituintes — foi ver de que forma nós poderemos ampliar a responsabilidade da sociedade para a sustentação da inclusão universal das pessoas.



Quando se diz que aqui não se discute servidor público, isso não é verdade. Não só o servidor público foi discutido numa Mesa específica, como todos os dias o Presidente da Comissão bota um juiz, um magistrado, um representante do Ministério Público na Mesa. Essa discussão tem sido feita. O Governo coloca o servidor público só na despesa, nunca na contribuição. Até os militares, que estão fora da reforma, estão dentro da discussão e das planilhas de despesa que estão sendo colocadas aqui.

Os militares foram retirados da proposta de reforma. Eles têm as suas especificidades, mas acho que não foram retirados por isso, mas por receio mesmo do poder de barganha do setor militar. Nesse sentido, o debate do servidor público esteve dentro permanentemente.

Essa reforma vai impactar, de alguma forma, os que ganham mais e a cúpula do serviço público? É claro que haverá impactos, porque mexe na transição, mexe no cálculo do benefício, apesar de eles já estarem na regra do Regime Geral, contribuindo no teto, e no fundo de pensão público. A grande mudança que vai impactar é o fortalecimento do serviço privado de previdência, na medida em que tira a natureza pública do fundo.

Agora, em que setor essa reforma terá um impacto maior? Nós temos repetido à exaustão: é nos trabalhadores de mais baixa renda. Esses aí não terão impacto, esses serão excluídos do acesso ao benefício, por alguns aspectos, entre eles, uma exigência que, na minha opinião, é da maior crueldade, que é a carência de 25 anos na aposentadoria por idade. Essa é absolutamente excludente, no urbano e no rural. Eu afirmo isso baseada nos dados concretos da realidade brasileira e da realidade do mercado de trabalho brasileiro. Essa reforma é essencialmente contra os mais pobres.

Na sua intervenção, o apontamento foi para a questão do desenvolvimento econômico. Então, eu gostaria apenas de deixar aqui três perguntas.

A primeira delas é: qual é a confiabilidade de uma projeção que, como disse a Profa. Denise Gentil, tem a dominância demográfica? Qual é a confiabilidade de um modelo de cálculo atuarial de dominância demográfica, que projeta um salário mínimo de aumento real sustentado para cima e um PIB sustentado em 0,74 em 2060? Eu fico me perguntando qual é a confiabilidade de uma projeção desse tipo.



Nós não sabemos nem qual será o PIB do próximo trimestre, quanto mais o de 2060.

Trata-se de uma projeção atuarial com essa dominância demográfica, botando o salário mínimo lá em cima, já que quase 70% dos aposentados são de salário mínimo. O que nos parece é que se mantém a despesa lá em cima e baixa o PIB, para dizer que só a Previdência, independentemente de gastos sociais, terá 17% do PIB. É uma forma de justificar o déficit e de justificar a reforma. Então, essa é a confiabilidade da projeção.

Segunda, nós estamos em plena crise fiscal. Aliás, estamos há 10 anos em crise do capitalismo nacional e internacional, do sistema.

O que significa fazer uma reforma estrutural, constitucional, em meio a uma crise fiscal, como solução para ela? Como é que em meio a uma crise do sistema capitalista, que desenvolveu no Brasil uma crise fiscal, com respostas as mais variadas e críticas, mesmo dos nossos Governos, é uma questão que nos choca muito. Nós questionamos muito determinadas saídas, principalmente aquela desoneração acriteriosa que se fez, mas como é que se relaciona uma mudança estrutural em meio a uma crise fiscal quando nós temos pelo menos dois caminhos para encarar numa crise fiscal? Ou ela é uma crise de sustentação do modelo rentista, de fundos de investimentos, e de uma saída de concentração, ou ela é uma saída que suporta os gastos sociais e a inclusão, e a saída é por mais Estado, mais desenvolvimento, mais infraestrutura.

Terceira, qual seria o papel de uma tributação progressiva num momento como este? Porque hoje temos uma tributação absolutamente regressiva.

Apenas para finalizar, não sei se essa relação de um para dois, quer dizer, quanto mais eu tenho, aposto 1 real e subo 2, na economia, está relacionada diretamente a só aumento de renda ou à arrecadação de tributo, porque eu vi um dado do IPEA que diz que 56% dos gastos com benefícios sociais voltam em tributo para os tesouros municipais, estaduais e federal. É só uma confirmação, porque são dados importantes para a discussão de amanhã com o Ministro Henrique Meirelles.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Perfeito. Agradeço muito e tranquilizo a Deputada. Nós podemos fazer um acordo de procedimento na



reforma da Previdência, em 2019, se o PCdoB ou o PT ganharem a Presidência e fizerem o Prof. Márcio Pochmann Ministro da Fazenda, e ele finalizará o ciclo das audiências.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O meu sonho é ter o professor no Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - O PCdoB vai bancar, então?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Está ótimo. Professor, o senhor tem a palavra para responder umas 110 perguntas.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Como eu venho da universidade, parto sempre da premissa de que o debate nos é sempre favorável. O debate, neste caso, não é feito aqui entre o que sabe e o que não sabe. Pelo contrário, é um debate entre iguais, e a possibilidade de ouvir aqui as considerações dos vários Deputados que me antecederam foi muito importante para reafirmar determinadas constatações, considerações e até mesmo para tornar mais claro algo que pretendemos fazer ao longo da exposição, mas não fomos felizes.

Gostaria de reafirmar que, ao contrário do que disse o Relator *ad hoc* — embora ele não se encontre aqui, apesar de ele ser uma personalidade que conhece bem a Previdência, foi Ministro, inclusive, no final do século passado —, que discordou de alguns aspectos aqui ressaltados, o que é normal, mas negar que a Previdência Social tenha sido produto de uma construção que, inclusive, começou dentro do setor público, não nos parece um bom encaminhamento e acreditar que, de fato, a Previdência só começa na década de 30. É claro que ela ganha impulso, porque é ali que o Brasil se consolida como País urbano e industrial. Mas deixar de reconhecer que nós tivemos experiências anteriores que serviram de base, até mesmo a criação no Governo Getúlio Vargas dos institutos de aposentadoria e pensão, é uma reformulação...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, desculpe.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Pois não.



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Está havendo votação nominal. Eu queria propor — até para não perdermos a exposição — que façamos uma interrupção de 5 minutinhos.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Uma interrupção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Perfeito. Então, suspendo a reunião por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Vamos retomar os trabalhos.

Eu tenho uma consulta médica agora. Então, vou passar a Presidência para o Deputado José Carlos Aleluia e depois retorno para o debate.

Como o Deputado José Carlos Aleluia vai assumir a Presidência dos trabalhos, o combinado era que o expositor teria 5 minutos para responder, mas, como foram muitas as perguntas, consulto o Plenário para saber se podemos arbitrar o tempo em 15 minutos, porque em 5 minutos será impossível, por maior que seja a capacidade de síntese do Prof. Pochmann.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O fato é, Sr. Presidente, que nós teremos no mínimo dois blocos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Isso.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Nós temos 20 Deputados inscritos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Depois, vamos ter um vasto período para o debate do relatório. A figura principal é o professor. Então, vamos aproveitar a presença do Prof. Pochmann aqui.

Ele falará 15 minutos. Depois, retomaremos a lista.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Na próxima lista, será um bloco só ou mais de um?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Como o Plenário quiser. Deixe-me passar a Presidência para o Deputado Aleluia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu só queria tentar ajudar. O que foi combinado no início é que a duração será de 3 horas. Ponto. A partir daí, ajusta-se. Inclusive, será possível se inscrever. Foi falado textualmente. Dá tempo



de ele falar os 15 minutos e de retomar com quem está inscrito. Acho que dá tempo também, porque não vai haver mais inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Está ótimo. É por isso que é bom sempre contar com a ajuda de um ex-Presidente da Casa, porque sempre nos ilumina com decisões racionais.

Passo a Presidência ao Deputado Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Presidente, assumo o seu posto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Alguém acha que precisamos interromper a reunião, para votarmos? (*Pausa.*) Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Tem a palavra o professor Pochmann.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Muito bem. Então, retomamos aqui os trabalhos.

Obviamente, foram feitas considerações e comentários.

Deputado Stephanes, a preocupação que V.Exa. havia levantado em relação ao não reconhecimento do período anterior a 1930 como não sendo parte do processo de construção de um sistema de proteção social, tal afirmação não coaduna com a literatura.

Um livro fundamental para aqueles que trabalham com política social, Titmuss, por exemplo, ou outros autores que olham, na verdade, a perspectiva inglesa como referência, na verdade, identificam a evolução dos sistemas de direito como direito civil, direito político e direito social como uma espécie de encadeamento. Isso vale muito para Inglaterra. Certamente, não vale para a Alemanha, tampouco para o Brasil. Mas há um reconhecimento de que o sistema moderno de Previdência...

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - O que eu tentei dizer é que não vale para o Brasil. Foi isso que eu falei.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Não. Pois é, mas eu estou querendo contrargumentar e dizer que, dentro da perspectiva metodológica internacional, reconhece-se que, para se chegar tanto ao sistema bismarckiano quanto ao modelo



beveridgiano, houve um passado. Esse passado foi uma construção que se iniciou com a Lei dos Pobres, em 1601.

Porém, esta é uma pendenga que nós não vamos resolver; é uma questão de ponto de vista.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Desculpe, não vou polemizar, mas farei só uma brincadeira. Meu bisavô era socialista e foi mandado embora. Ele veio para cá exatamente porque Bismarck expulsou os socialistas da Alemanha à época. Ou seja, havia outras razões para ter sido criada a Previdência Social naquela época, algumas questões ideológicas naquele momento, em razão de políticas da época. Acho que não tem nada a ver com leis de 1600 ou não sei o quê. Mas tudo bem. Esta é minha opinião. Eu também li tudo isso, mas tudo bem, não vou polemizar. Eu apenas fiz uma divagação.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Eu fiz só questão de repisar, porque eu me considero uma pessoa que conhece bem a experiência brasileira e eu estou utilizando a metodologia internacional. Se pegarmos, por exemplo, aqueles que trabalharam naquele grupo de trabalho criado em 1985, no Brasil, que é basicamente a reflexão que ajudou a construir parte da seguridade social, foi justamente essa perspectiva da experiência inglesa, do sistema inglês de Beveridge, que na realidade sustentou toda a argumentação da Constituição de 88.

Não vou polemizar a questão das razões do movimento migratório. Minha família conta que veio para o Brasil por conta da chamada “Crise da Batata” na Alemanha. Porém, o senhor que é um estudioso — e o Congresso é farto na literatura e até mesmo na transcrição dos discursos dos Parlamentares na época do império — poderá ver as razões de como nós fizemos a abolição da escravatura e o estímulo à atração de mão de obra branca e não negra. Porém, este não é nosso foco.

Em relação ao tema da Constituição de 88, voltou ao debate atual algo que havia sido inscrito na época da aprovação da Constituição de 88, que é a tese da ingovernabilidade. Ou seja, não é possível governar um País que tem gastos que não cabem no Orçamento ou, se quisermos ver por outro ângulo, uma parte do povo não cabe no Orçamento. Então, é preciso reorganizar o Orçamento.



Quando comentavam a esse respeito, eu me lembrei de uma circunstância que ocorreu, se não me falha a memória, em setembro de 1988, quando o então Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, fez a declaração de que a aprovação da Constituição de 88 tornaria o País ingovernável, o que permitiu ao Presidente da Câmara à época, Ulysses Guimarães, fazer um discurso histórico e memorável, dizendo que ingovernável no Brasil é a fome, ingovernável no Brasil é a pobreza. Cabe aos Governantes lidar com essas contradições que nós temos.

Este é um debate que vem se reproduzindo ao longo do tempo e está cada vez mais sofisticado. Se, de fato, contivéssemos o gasto social, em alguma medida isso ajudaria na redução dos déficits que nós temos e permitiria que a economia voltasse a crescer.

Quero dizer aqui que, inclusive, quando a Presidenta Dilma optou pela recessão, isso em dezembro de 2014, eu fiz parte e me inscrevi em um conjunto grande de economistas que declararam que esse não é o caminho para resolver o problema fiscal. E, de fato, nós estamos convivendo com um problema fiscal que se agrava. Isso é um debate dos anos 30. Keynes já demonstrou que não há saída para o déficit com redução da atividade econômica, com redução de gastos.

Não me parece, portanto, que a saída será a forma como está sendo encaminhada a reforma da Previdência, pois podemos ter, inclusive, um tiro no pé, na medida em que pode haver queda na arrecadação decorrente no desincentivo à contribuição da Previdência, decorrente de maior tempo de pessoas que ficarão na atividade exercendo o trabalho e não saindo para dar lugar para outros. Isso leva a um aumento considerável da competição no interior do mercado de trabalho.

Sobre a questão das projeções. Nós não somos no Brasil um País referência em projeções. Em outros Países, quando se fazem projeções — e são projeções importantes que iluminam ou que dão um horizonte para algum tipo de política pública — em geral se cria uma comissão técnica, uma comissão que tenha a credibilidade da sociedade ou dos seus pares, para que aquilo que seja apresentado na sociedade tenha um mínimo de relevância.

Tomo, por exemplo, aqueles que mais têm a iniciativa de fazer projeções no Brasil. Isso pode ser observado desde 1999, quando o Banco Central, através do COPOM, instituiu aquela pesquisa que é feita semanalmente com agentes do



mercado financeiro. E eles têm por atribuição, de certa forma, olhar sempre o futuro, porque quem trabalha no banco está trabalhando com o futuro, não necessariamente com o passado.

Nós fizemos lá na UNICAMP, por exemplo, uma análise das projeções do mercado financeiro no *Focus*, todo mês de janeiro. Feita essa análise, nós a comparamos com o mês de dezembro de cada ano. O resultado é que 90% das projeções estavam equivocadas — e isso para informações anuais.

Nós estamos trabalhando com uma informação de projeção que vem do Governo, e há dúvidas em relação a ela. E é natural que haja dúvidas. Nessa circunstância, o que seria mais adequado é a transparência disso, é a abertura, é a criação de uma comissão que tivesse credibilidade e confiança para oferecer essas informações, sobretudo para quem vai ter que votar sobre o futuro.

Acho estranho, portanto, que sejam questionadas essas informações e que, de certa maneira, continuemos a operar dessa forma.

Eu me lembro, quando nós estávamos no Governo do Presidente Collor ainda, que houve um debate sobre o aumento do salário mínimo. Ele criou uma comissão técnica. Eu dela participei, embora não participasse do Governo de Collor. E havia outros pares economistas que apoiavam etc. Portanto, houve uma comissão, e técnicos discutiram e chegaram a um determinado denominador. Não vejo por que isso não poderia ter sido criado, ou até mesmo não possa ser criado, para dar maior confiança nessas informações em relação ao futuro.

Em relação aos aspectos levantados com a perspectiva da dinâmica do gasto social, devo dizer que ainda na época em que eu estava no IPEA, nós produzimos um estudo profundo, do ponto de vista da macroeconomia brasileira, dependendo do gasto social. Houve uma mudança na dinâmica da economia brasileira, a partir do que a Constituição de 88 estabeleceu, que foi justamente capturar parte importante de recursos da sociedade e alocá-los no chamado gasto social.

Em 1985, quando os militares deixaram o Governo, o gasto social no Brasil equivalia a 13,5% do PIB. Em 2014, de acordo com o último dado disponível, o gasto social representou 23% do PIB. Isso é praticamente o equivalente ao gasto social dos países ditos desenvolvidos. É claro que nós chegamos há pouco; eles já estão desde o pós-guerra com essa proporção de gasto. Além disso, o PIB desses



países é muito maior do que o nosso, mas, de toda maneira, proporcionalmente ao PIB, o nosso gasto social é significativo.

Quando se considera, do ponto de vista estatístico, o impacto desse gasto social na economia, denomina-se tal gasto como efeito multiplicador, porque, em se considerando que a maior parte das pessoas que recebe dinheiro da Previdência — mais de 70% da população recebe até um salário mínimo — não é, obviamente, rica e recebe um salário mínimo, essas pessoas gastam tudo o que ganham, não poupam. Com isso, há um efeito do gasto sobre o nível de atividade, sobre o consumo, de maneira geral. Esse consumo é tributado, infelizmente, de uma forma muito acintosa no Brasil.

Então, esse é o efeito dinâmico: elevar o nível de atividade provoca impacto sobre outros empregos e, ao mesmo tempo, há o retorno desse gasto através da arrecadação. Esse é o dado: um pouco mais da metade do que é gasto com o social retorna aos cofres públicos dos Municípios, dos Estados e da União em função do tipo de tributação que existe.

Então, o gasto social tem efeito dinâmico. Nos dias de hoje, vamos considerar quais são as fontes de dinamicidade do retorno da economia brasileira. Nós tivemos o complexo de petróleo e gás, o setor da construção civil, a indústria automobilística e o agronegócio. Esses setores estão muito afetados por uma série de acontecimentos que todos aqui acompanham, nem vou precisar explorá-los. Mas, se nós viermos a comprometer de fato o gasto social, o Brasil pode na verdade entrar num circuito de longa duração de estagnação. Ele não sairá da recessão.

Isso não é nenhuma novidade. Analisemos a experiência do Japão. Em 1991, o Japão teve um problema financeiro relacionado a gasto habitacional, à dívida habitacional e até hoje não voltou a crescer.

A preocupação é justamente que, com as mudanças que estão sendo feitas, nós teremos um impacto desfavorável, do ponto de vista da possibilidade de o Brasil voltar a crescer.

A produtividade é outro tema muito importante. Acredito que parte dos meus colegas que se debruçam sobre o tema utilizam instrumentos passados para lidar com questões novas. Utiliza-se basicamente o conceito de produtividade, o valor da produção ou o produto físico relacionado por horas trabalhadas, por homens, por



empregados de maneira geral. Mas, se nós pegarmos a produtividade, o que acontece no Brasil? A indústria perde participação no PIB, a agricultura perde participação no PIB, e crescem muito rapidamente os serviços. E estes, de uma maneira geral, são intensivos de mão de obra: educação, saúde e habitação envolvem muitas pessoas. É diferente porque, ainda que estejam crescendo, de maneira geral, os serviços são pouco mecanizados.

Então, essa forma de medir a produtividade utilizada no passado, que vem desde os anos 1930, com Colin Clark, dos setores primário, secundário, terciário; isso de certa maneira está obstaculizando uma visão adequada sobre a produtividade. Quando isolamos a indústria e tomamos como referência apenas o emprego diretamente ali contratado, a produtividade é muito maior do que esta que tem sido apresentada e que afirma que o País estaria, basicamente, estagnado.

Ele, sim, está estagnado quando se utiliza a forma tradicional de se medir a produtividade.

Além disso, mais um elemento que torna complexa a medida de produtividade nos dias de hoje é que parte importante do trabalho não é mais só realizada no local de trabalho. Com a presença das tecnologias de informação e comunicação, as novas formas de gestão do trabalho, as pessoas levam trabalho para casa. Alguns aqui, inclusive, enquanto estavam acompanhando o debate, também tomaram algumas decisões pelo telefone, pelo SMS, ou seja, há uma intensificação do trabalho, pois se pode fazer, simultaneamente, um ou mais trabalhos.

Anteriormente, a pessoa só realizava o trabalho quando estava no local do trabalho. Quem trabalhava na indústria não podia levar para casa uma parte da indústria, quem trabalhava na fazenda não levava para casa a horta que estava fazendo. Nos dias de hoje, os trabalhos e serviços vinculados às tecnologias de informação é levado para casa, ele se tornou um trabalho portátil. E esse valor gerado fora do local de trabalho não é contabilizado.

Apenas dou esses exemplos para dizer que o tema da produtividade é mais complexo do que pretendem apresentar esses cálculos, talvez simplificados.

Para o Deputado José Carlos Aleluia, que não sei se está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado José Carlos Aleluia está aqui.



O SR. MÁRCIO POCHMANN - Desculpe-me. Eu citei V.Exa. em relação ao tema da oferta de mão de obra.

Até o regime militar, o tema da demografia no Brasil era central. Hoje tal tema perdeu importância. Por exemplo, nós somos um País com um pouco mais de 200 milhões de habitantes. Com as taxas de fecundidade, praticamente a partir de 2040, o Brasil poderá ter uma redução absoluta do número de habitantes. Se nós pegarmos mulheres com maior escolaridade, brancas, constatamos que elas já não se repõem mais.

Indaga-se: que Brasil nós queremos ter daqui a 40 anos? Vários países começaram a repensar o tema do incentivo a ter filhos. Estou levantando o tema, não tenho posição firmada sobre isso. O Brasil é o quinto maior país em termos territoriais, que tem a sua população concentrada na área do litoral. Está bom assim? Precisa ter mais gente? Não precisa ter mais gente? Nós estamos importando mão de obra que vem de outros países? Isso está razoável ou não está? Precisaria de fato uma boa discussão sobre que País nós vamos ter nos próximos anos, porque, a manter o que nós temos aqui, estamos caminhando para uma situação de queda absoluta do número de brasileiros. Possivelmente — e esse é o problema das projeções —, teremos mais pessoas morrendo do que nascendo. Esse não é um problema brasileiro. A Alemanha e a Suíça, por exemplo, estão estimulando as famílias a terem mais filhos porque a população vem-se reduzindo.

As projeções que nós fazemos hoje estão passíveis de serem alteradas por fatores circunscritos à demografia. Talvez fosse de bom alvitre que aqueles que defendem a reforma, para a qual há uma série de dúvidas em relação às projeções, formassem uma comissão técnica com pessoas que pensam diferente, porque tecnicamente não há por que não se juntar e chegar a um denominador comum para oferecer à sociedade aquilo que seria o mais correto, em vez de dar uma caixa preta que não se conhece muito bem, na qual os números são questionáveis e que se tornam pouco críveis do ponto de vista do debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos em frente.

A Deputada Jandira Feghali pede um esclarecimento complementar ao Prof. Pochmann.



O SR. MÁRCIO POCHMANN - Não é complementar. Na verdade, ela fez uma pergunta. Em resposta, digo que não acredito que tenha saído com a recessão.

Sob o aspecto da economia, há aqueles que analisam a realidade do ponto de vista da fotografia. Se você tem a sua receita caindo, o que você faz? Você corta o gasto. Do ponto de vista da fotografia, isso não está incorreto. O problema é que não se trata de fotografia, é um filme. Se você cortar gastos, no dia seguinte, aqueles que gastariam não vão mais gastar. Gastar menos significa desincentivar a economia e arrecadar menos.

Isso é um debate dos anos 30, entre o Keynes e seus opositores.

Em 2014, vimos que havia um problema. Mas dizíamos que não se resolveria esse problema se houvesse recessão e ainda agravaria o problema fiscal. O Ministro da Fazenda da época disse: *“Não, não. A recessão só dura 3 meses ou 4 meses e está tudo bem”*. O fato é que vamos entrar no terceiro ano de recessão.

O outro ponto é a tributação progressiva. Não entrei aqui nas alternativas que os próprios Constituintes ofereceram em 1988, ou seja, a partir do pressuposto de que a seguridade social não deve ser financiada apenas e tão somente pelos segurados. A seguridade social é um projeto de sociedade e, portanto, cabe à sociedade financiá-la.

Acontece que somos um País que não tem tradição democrática, que tem mais de 500 anos de história e completou apenas 50 anos de experiência democrática. Somos um País que não fez as reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, entre elas a reforma agrária. O resultado disso é que temos hoje um Congresso cuja maior bancada está vinculada ao ruralismo no Brasil. Não tenho nada contra o ruralismo; pelo contrário, é justo que ele tenha a sua representação, mas é uma representação desproporcional.

Nós não fizemos a reforma tributária. O que fizemos com a Constituição? Nós ampliamos o gasto social de 13,5% para 23%, o que é excelente, mas isso foi feito através da ampliação da carga tributária bruta, o que onerou fundamentalmente a classe média e os pobres, em função do regime tributário que nós temos, que é um regime que tributa mais o consumo e menos a propriedade.

A reforma social que estão tentando fazer, que é a reforma social, tem essa grande dificuldade no Brasil, pois com baixo crescimento não se quer financiar a



todos. Então, a tributação progressiva seria, evidentemente, uma forma. Mas uma série de alternativas foi levantada, como a questão da sonegação. Alternativa existe. Não acho que Margaret Thatcher, com todo o respeito, tenha razão em dizer: *“There is no alternative”*, ou *“não existe alternativa”*. Sempre existe alternativa. E nós brasileiros sempre fomos muito oportunos em encontrar alternativas em momentos de dificuldades.

Esperamos que esta Casa seja feliz neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O próximo orador inscrito é o Deputado Pepe Vargas.

V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria parabenizar o Prof. Márcio Pochmann pelas exposições que fez.

Eu queria também registrar um reconhecimento aos Deputados da base do Governo que têm permanecido aqui na audiência pública porque estão dando também uma demonstração de apreço pela democracia. Há outros Deputados da base do Governo que estão demonstrando que não têm apreço pela democracia, não conseguem ouvir o contraditório. Eles têm as suas verdades absolutas.

Então, eu queria reconhecer os colegas da base do Governo que estão presentes e outros que, eventualmente, estiveram aqui, inclusive contribuindo com o debate. Alguns já se ausentaram, mas estiveram aqui. Eu acho que isso é importante de ser reconhecido.

Prof. Márcio, em síntese, o senhor disse que o nosso problema não é tanto a demografia, não é tanto o gasto social; o nosso problema é crescimento, é distribuição de renda, é redução de desigualdade. E o senhor falou também que, de certa forma, em 2015 nós demos um tiro no pé ao optarmos por uma política de ajuste que levaria à recessão.

Eu acrescentaria o seguinte: esse tiro no pé, com o aprofundamento dessas políticas de ajuste, está virando um tiro na cabeça. O tiro no pé já foi dado, mas agora está virando um tiro na cabeça que está matando a Nação.

Nós aqui na Comissão temos dito isso de certa forma: que há alternativas, além da tradicional de corte de gastos, para fazer uma reforma do sistema de



previdência no Brasil, mas que exigem, sim, um debate sobre o modelo de desenvolvimento. Nós teríamos medidas como a redução da taxa de juros, medida que está mais do que na hora de ser tomada, porque a taxa de juros real hoje é muito mais alta do que era em 2015 ou em 2016, por exemplo. Então, embora a taxa SELIC tenha baixado, a taxa real está mais alta, e a taxa de juros de longo prazo também está. Essa redução não representaria um custo fiscal, pelo contrário, daria uma folga porque diminuiria o impacto sobre o gasto com juros e serviços da dívida.

Nós temos dito que é preciso retomar os estímulos ao setor privado. Nós temos dito que é preciso retomar o investimento público na infraestrutura logística e social do País e aperfeiçoar — e não cortar — as políticas sociais. Mas isso tem custo fiscal.

Só que, como nós já tínhamos visto nos anos 90 e como estamos vendo novamente — para não termos que ir até 1930, nós podemos pegar a experiência dos anos 90 e agora a experiência brasileira —, se nós não optarmos por ter esse custo fiscal, o custo fica mais alto, porque cai a arrecadação, como acontece hoje.

O Governo corta os investimentos, tira os estímulos ao investimento privado e cortou gastos sociais. O resultado é qual foi mesmo? Cai a receita, cai a arrecadação. Então, há mais cortes. E aí a arrecadação vai continuar caindo, e vêm mais cortes. Transforma-se a realidade do País em um círculo vicioso do baixo crescimento — ou de recessão — incapaz de resolver as necessidades do País, mas também a manutenção de um desemprego alto, jogando a massa salarial para baixo. Tudo isso, obviamente, impacta o nosso sistema de previdência.

Além de discutir essa questão do modelo de desenvolvimento, nós também precisamos rever as desonerações que foram feitas. Até se tentou fazer isso. Primeiro, não era para ter havido tantas desonerações: seriam 14 setores, e esta Casa aumentou para 56 setores. Depois, quando se tentou rever as desonerações, esta Casa também não permitiu isso. E agora, novamente, falam que se vão rever as desonerações. Se vier projeto para rever desoneração, o Governo pode contar com meu apoio. De cara eu já digo isso, porque de fato é preciso rever as desonerações que foram feitas.

Mas também — e de certa forma isso foi abordado aqui — seria preciso haver uma tributação sobre a riqueza e o patrimônio, desonerar um pouco a classe média,



os assalariados. Isso teria também um resultado fiscal positivo. Já temos falado que o Brasil não taxa lucros e dividendos, enquanto desconta imposto de renda na fonte do assalariado. Essas questões todas nós temos levantado.

Também temos feito o debate de que, se houvesse aumento na produtividade da economia, a razão de dependência entre ativos e inativos poderia ter outra solução. Os defensores da reforma simplesmente citam que a razão de dependência entre ativos e inativos vai se deteriorar. Mas se houvesse aumento da produtividade, um número menor de trabalhadores ativos teria condições de compensar parte dessa mão de obra.

Poucos dos que vieram aqui falaram do bônus demográfico e que o estamos perdendo. A PEC que limita o teto das despesas primárias faz com que os investimentos em educação venham a cair, faz com que os investimentos em saúde venham a cair.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que nós vamos perder esse bônus demográfico. Para não falar de outras coisas, só na educação, vamos perder qualificação profissional, melhoria do ambiente de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, tudo isso nós vamos perder. Eu só queria fazer esses registros na medida em que meu tempo já se esgotou.

Não é que nós não queiramos discutir. Talvez, num futuro, num ambiente de crescimento econômico, de distribuição de renda, num ambiente mais favorável, nós pudéssemos encontrar soluções que fossem aumentando a idade média em que se dá a aposentação, para fazer frente a essa situação. Mas não é o que nós vemos.

Não há alternativa neste momento. Nós temos que rejeitar esta proposta para reabrir um debate sobre o modelo de desenvolvimento do País e sobre o que pode ser feito no futuro, inclusive a partir de um Governo com legitimidade. Porque o Fernando Henrique fez alterações na Previdência, mas ele tinha a legitimidade das urnas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - ...o Lula fez, mas ele tinha legitimidade das urnas. O atual Governo não tem essa legitimidade e, sem um Governo com



legitimidade, não há como fazer uma repactuação intergeracional da forma como está sendo proposta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Assis Carvalho.

Some-se ao seu tempo de 5 minutos o tempo excedente que lhe ficou reservado. V.Exa. tem 10 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O.k., Sr. Presidente.

Estou olhando agora notícia veiculada no UOL às 13h50min. Não sei se por algum motivo o UOL está em desacordo com o Governo, a quem sempre apoiou muito, mas a matéria está intitulada: *“Chantagem é recorrente quando Temer defende reforma da Previdência”*. E assim — abre aspas — está escrito: *“Se não se fizer essa reforma agora, daqui a 3 anos teremos que fazer; senão daqui a 7 anos paralisamos o país — afirmou Michel Temer, que participou de uma conferência no Bank of America em São Paulo”*. Essas declarações foram reproduzidas na sua conta do Twitter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Veja bem, se o senhor acha que esse órgão de imprensa apoia o Governo... É uma consideração, mas já fica posta como chantagem. Imagine V.Exa. quem for oposição. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor conhece aquela frase: *“É o que temos para o jantar”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está certo. O que sinaliza isso, Deputado Assis Carvalho? Vamos em frente. Tomei 30 segundos do seu tempo. Reponham o tempo ao Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Todas as matérias do UOL até aqui são matérias que sempre defenderam o Governo, inclusive defenderam o golpe. Se o UOL está fazendo isso, acho que nem mesmo setores que apoiam o Governo conseguem mais aceitar essa reforma. Então, a razão da nossa fala inicialmente é essa.

Diz ainda: *“Temer apela, novamente, para a chantagem como instrumento de convencimento político. Em junho do ano passado, por exemplo, afirmou que: ‘ou a*



Previdência Social tem de ser reformulada ou então todos os pensionistas sofrerão”. Ele continua lembrando as várias chantagens que o Governo faz.

Eu faço essa referência, Sr. Presidente, porque quem está dizendo isso é um órgão da imprensa que, em 95% das suas matérias, posiciona-se pró-governo. Então, é para compreendermos em que nível está esta proposta.

Sr. Presidente, em nenhum momento das nossas falas temos negado a necessidade de se fazer uma reforma da Previdência. Outro dia alguém trouxe um vídeo do Presidente Lula dizendo que defende uma reforma. Mas nós estamos contra essa reforma que está aqui — somos contra essa! Nós compreendemos a questão da densidade demográfica, nós compreendemos a questão da longevidade. Entretanto, não dá para se defender que qualquer reforma é a reforma necessária.

Nós estamos propondo que tenhamos a humildade de fazer uma reforma dialogando com a sociedade, inclusive tendo a coragem de fazer um pacto com as urnas. Não vejo nenhuma dificuldade em o Deputado Carlos Marun, se tiver convencido disso, dialogar com a sociedade e dizer qual a reforma que ele quer. Se o povo escolher S.Exa., eu acho que estará legitimado para defender essa reforma. Mas, sem esse pacto com as urnas, eu tenho uma dificuldade de compreender ou de achar isso correto.

Foi colocado aqui que quem está se opondo a essa reforma é porque defende corporações, é porque defende privilégios. Sr. Presidente, conhecemos muito bem a realidade, até porque já tivemos a fase do FUNRURAL neste País. Eu quero parabenizar o grande amigo Márcio Pochmann quando ele trata exatamente da relação entre gasto social e PIB. O gasto social é distribuição de renda e retorna ao Governo aquecendo a economia. Nós não queremos voltar à era do FUNRURAL.

Por que falar de altos salários para o Regime Geral da Previdência Social? Querem enganar quem? O salário máximo pago pela Previdência, o teto é R\$5.531,00. Isso não pode ser considerado alto salário. Não é esse, então, o nó. *“Ah, mas vamos falar, então, do Regime Próprio.”* O Regime Próprio, pela lei que estabelece a fórmula 85/95, também já tem um teto, que é o mesmo teto do Regime Geral; a diferença está no FUNPRESP. Então, também não se pode mais atribuir... É claro que há o tempo daqueles que estão ainda recebendo, mas já foi feito também sobre isso.



Não há que se falar aqui de privilégio e de supersalário para quem recebe salário da Previdência. “Ah, mas estão defendendo aposentadoria vitalícia e elevada”. Quais são? É preciso dizer quais são. Então, vamos tratar delas, porque uma reforma para tratarmos desses privilégios — se é que eles existem —, não tenho dúvida nenhuma de que nós temos disposição de apoiar, mas não é o que está nessa proposta, não é o que está no papel. O que está aí no papel é o contrário: diz que quase 70% daqueles que ganham salário mínimo serão os mais prejudicados. Isso é um fato. Por mais que se faça propaganda, não dá para colocar o contrário.

Houve aqui algumas falas muito boas, quase todas excelentes, mas tivemos há pouco a demonstração da OAB. Há poucos dias a OAB era aplaudida por setores do Governo que defenderam o *impeachment*, e agora o documento da OAB é um documento sem compromisso com a Pátria nacional, com o País. É estranho.

Tivemos agora um documento da CNBB, de gente que inclusive toma a hóstia quase todos os dias e está lá agora votando essa proposta. Eu não acredito que a CNBB e aqueles católicos de carteirinha coloquem uma hóstia na boca e um dedo nessa maldade. Têm que fazer uma opção. E agora a CNBB é irresponsável, por estar criticando essa proposta?

Sr. Presidente, eu apresento esses pontos e sei que, muitas vezes, é um pouco difícil dialogar com setores radicalizados, embora eu compreenda que há setores do Governo que estão mudando de opinião depois de ouvirem as propostas aqui. Temos já vários nomes com a sensibilidade de compreender que realmente a proposta está errada; setores do Governo e outros. Ou seja, não dá para negociar.

Nós tivemos um membro que discutiu a admissibilidade da proposta que estava no plenário, inclusive dialogando com a Deputada Jandira, e que chamou trabalhador de vagabundo. Então, é superdifícil compreender que alguém que pega o microfone e diz que trabalhador é vagabundo tenha sensibilidade para mudar de opinião, porque eles tratam trabalhador com desprezo. E foi inclusive quem relatou a admissibilidade dessa proposta.

Quando o Marcelo Caetano esteve aqui, Sr. Presidente, eu fiz a referência de que a *Carta Capital* tinha divulgado 70 audiências dele, das quais apenas uma foi com os trabalhadores e 69 exatamente com o setor de previdência privada — 69 das



70! E aqui fui informado de que foi ele quem coordenou, às pressas, ouvindo essa proposta. Agora, a própria Comissão de Ética da Presidência pede exatamente o afastamento dele da BRASILPREV. Ora, se ele eticamente não pode permanecer à frente dessa pasta, essa proposta eticamente não existe mais, porque foi ele quem a elaborou. Então, o Governo tem que ter a humildade de dizer que essa proposta está descaracterizada na origem, que tem vício de origem, e não poderia continuar acontecendo.

Sr. Presidente, quero colocar aqui que percebemos que o Governo realmente anda bastante perdido. Outro dia, para dividir aqueles que se opõem a essa reforma, ele deu uma entrevista dizendo que os Estados e Municípios estariam fora dessa proposta. Sabíamos que não era possível, porque não dá para alterar a Constituição Federal aqui e ela não ter validade no Estado do Paraná, no Estado do Piauí, no Município. Isso não existe! Agora, o Governo voltou atrás e disse: *“Não é bem isso. Haverá 6 meses para se adequarem”*. Isso é para que se perceba o quanto esse Governo está desorientado.

Seria importante para os membros do Governo que se encontram aqui que dialogassem, para não causar sofrimento tão grande para a base. Eu sei que é muito difícil para V.Exas. Eu sei o que é ser base de Governo, porque também já fui base de Governo. Inclusive me opus à reforma, que não dava para defender, porque há coisas ruins para todos os lados.

É muito difícil, a não ser que haja outros métodos de diálogo com a sociedade que não seja o republicano, colocar a digital numa proposta como essa e ir para o seu Estado tentar convencer que se fez o bem, mas na verdade tirou-se a possibilidade de um cidadão do campo se aposentar, estimulou-se o êxodo rural e seus familiares foram colocados na periferia da miséria.

Qual é o custo social, Sr. Presidente, que este País terá? Mais cadeia e mais ação de combate às drogas? Porque se estará exatamente tirando a proteção social, como bem foi colocado aqui por esse grande palestrante.

A Seguridade Social foi uma construção de décadas, e agora, rapidinho, em 30 dias, 60 dias, querem mudar e destruir tudo aquilo que conseguimos incluir na Constituição Cidadã de 1988. Não, não é possível!



Então, é necessário que alguém dialogue com esse Governo, que está perdido e todo dia diz uma coisa diferente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Quero apenas colocar que há alternativas, e elas são várias. O grande problema é que tributar a base da pirâmide, tributar o consumo é muito fácil.

Houve uma fala aqui, não sei se foi do Deputado Edmilson, colocando que 0,21% dos brasileiros detêm 40% da riqueza nacional. Essa riqueza é tributada para fazer proteção social minimamente? Há alguma proposta nessa linha? Isso ninguém discute. Agora, tributar ou tirar a esperança de um pobre trabalhador rural lá do interior do Rio Grande do Sul, lá do interior do Piauí, e chegar aqui dizendo que está fazendo o bem... Ora, como está fazendo o bem se nós estamos destruindo toda a esperança daqueles que já nascem tão desesperançados?

Sr. Presidente, era isso que eu queria colocar.

Quero fazer um apelo a V.Exa., que sempre tem-se colocado à frente — e sempre tomando esse chá, que, estou desconfiado, engorda, porque a cada dia V.Exa. vem um pouquinho mais gordo que o dia anterior *(risos)* —, para que sensibilize esse Governo, e, na condição de Presidente, diga que propomos que essa proposta seja retirada na totalidade, para que possamos discutir uma alternativa para este País, porque ela faz muito mal aos homens e às mulheres desta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Isso não é chá, é tereré.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - É que todos os dias V.Exa. vem um pouquinho mais gordo do que o dia anterior, então estou desconfiado de que esse chá está engordando V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É uma bebida típica do Mato Grosso Sul. *(Risos.)*

O próximo inscrito é o Deputado Reinhold Stephanes. *(Pausa.)* Não se encontra.

Na sequência, tem a palavra o Deputado Julio Lopes. *(Pausa.)* Não se encontra.



Na sequência, tem a palavra o Deputado Rubens Otoni. *(Pausa.)* Não se encontra.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Boa ideia. *(Risos.)*

Passo a palavra ao Deputado Assis do Couto.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Assis do Couto me informa que V.Exa. dividiria o tempo de Liderança com ele. Então, eu já vou conceder a palavra a S.Exa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Isso, Sr. Presidente. Fica o tempo dividido entre os Deputados Assis do Couto e Pompeo de Mattos. Eu vou conceder a metade do tempo ao Deputado Assis, que, aliás, é muito melhor do que eu na tribuna.

Com muito orgulho, compartilho o tempo com V.Exa., que é um excelente Deputado do PDT do Paraná.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Deputado Pompeo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, V.Exa. tem 7 minutos e meio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, quarta-feira, dia 29 de março, na 13ª ou 14ª audiência pública, a apreensão e a preocupação me parecem maiores, até por conta do comportamento do Governo nesta Comissão. E quero também engrandecer aqueles da base do Governo que ficam aqui, como disse o Deputado Pepe Vargas. Mas são poucos, a grande maioria não fica nas audiências. A preocupação, Sr. Presidente, é: será que o Governo está abandonando a ideia da reforma? Porque o seu exército não está aqui.

E aí vem o desafio, até porque... Eu disse ontem, nesta Comissão, que o Relator nos havia dito que, nas últimas duas semanas, nos últimos 10 dias, ele estaria à disposição para conversar com os Deputados e discutir as emendas, e isso ainda não foi feito. Será que já há um relatório pronto e há outro espaço de reunião e de discussão para formar uma maioria, de maneira pouco democrática, para chegar aqui e passar algo, assim, meio na pressão?



Essas são preocupações que passam não só pela minha cabeça, Sr. Presidente, mas também pela cabeça de milhões de brasileiros que veem nisso algo que tem a ver com a vida deles. Não estamos tratando de uma mera reforma, de algo que não tem a ver com milhões de brasileiros. Portanto, quero deixar aqui a minha preocupação nessa fase final de nossas audiências públicas. Amanhã, quando haverá praticamente a última audiência pública, vamos ver como será o comportamento.

Dr. Márcio, parabéns pela exposição. Eu creio que V.Sa., entre os economistas — eu não sou economista, sou trabalhador rural, sou agricultor familiar —, figura entre as pessoas por quem tenho a maior admiração, pela abordagem que faz de vários temas, como o crédito solidário e outros. Mas eu queria apenas reforçar que a síntese da sua fala me dá o entendimento de que, primeiro, essa reforma — entre aspas — é uma crueldade contra os mais pobres. Por outro lado, é um tiro no pé da economia. Eu já afirmei isso aqui outras vezes, considerando as razões colocadas pelo nosso expositor.

Várias vezes, eu coloquei essa questão. No interior do Paraná, a grande maioria recebe da Previdência até 1 salário mínimo, e, quando acumula pensão, recebe 2 salários mínimos. Isso representa um recurso em 70% dos Municípios brasileiros, em valor equivalente ou maior do que o Fundo de Participação dos Municípios — FPM.

Como V.Sa. disse, esse não é um dinheiro, assim como o de toda a Seguridade Social, que vai para a especulação financeira, para o mercado financeiro, para a compra de títulos, para a especulação. Esse é um dinheiro que vai pagar a farmácia, o supermercado, a lojinha de roupa, e assim por diante. É um dinheiro que vai para o consumo das famílias. Retirar esse dinheiro, no médio prazo... Por que eu digo no médio prazo? Porque os efeitos dessa dinâmica econômica, como V.Sa. colocou, são de médio prazo. Agora é que nós estamos desfrutando o que foi colocado na Constituição de 1988, porque os efeitos disso não são de curto prazo.

O que vai acontecer se aprovarmos essa reforma? Não haverá efeito de curtíssimo prazo; haverá efeito de médio prazo, em 10 anos, em 15 anos: empobrecimento, carestia, cidades fantasmas, como V.Sa. colocou. Então, eu queria



reforçar esse aspecto que foi colocado aqui. É uma crueldade, é um tiro no pé, e, como já foi dito, passa a ser um tiro na cabeça.

Outro aspecto que eu queria abordar é essa história, essa trajetória, com pequenas divergências em relação à sua apresentação. Gostaria que pudesse comentar um pouco isso.

Até a década de 1930 do século passado havia previdências — quem estuda um pouco o tema sabe disso — setoriais, corporativas. A previdência passou a ser política de Estado na década de 1930 para frente, com a Era Vargas. É importante registrar que o movimento do trabalhismo brasileiro é que traz isso, e V.Sa. não registrou isso na sua exposição.

Eu falo isso não só por estar no PDT e por ter ficado quase 30 anos no PT, mas também porque foi o trabalhismo que trouxe isso para a sociedade brasileira, não foi a Direita. É um movimento do trabalhismo brasileiro. Também é importante registrar nessa história que, depois, com a Lei nº 4.214, de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural — do Presidente Jango, também um trabalhista, que não pôde ter a alegria de colocar em prática e levar a cidadania para o campo, porque, logo em seguida, tivemos o Golpe de 1964 — foi um passo significativo. Aquela parte da sociedade que não foi para a Previdência nas décadas de 1930 e 1940 pôde ir em 1960, com o Estatuto do Trabalhador Rural, que depois foi destruído pelo Governo Militar e retomado na Constituição de 1988.

Eu quero registrar isso e ouvir de V.Sa., que tem estudado muito essa trajetória, pois acho o tema importante. Com isso, constatamos que a investida conservadora em cima dos direitos trabalhistas é cíclica no Brasil. Nós temos, a cada tempo, Presidente afastado, Presidente que se suicida, porque há uma convicção de um projeto.

Para finalizar, V.Sa. novamente traz à pauta o tema da agenda do desenvolvimento, muito tratado ontem aqui. Acho que é algo que nós precisamos tratar. Eu não sei, Presidente, demais pares que estão nesta Comissão, neste momento difícil da política brasileira e com as eleições de 2018, por onde vai passar o tema. Como será estruturado esse debate sobre a questão do desenvolvimento e do ganho de produtividade, que tem que se associar ao capital produtivo, não ao especulativo, com o trabalhismo ativo e com direitos respeitados, com políticas



públicas claras e com o advento da aprovação de uma PEC de congelamento de gastos por 20 anos? Como é que isso vai acontecer na área social, na pesquisa, na tecnologia e no conhecimento? E que isso resulte em produção de riqueza, para que possamos retomar e construir um projeto positivo de crescimento e desenvolvimento para o País.

Essa é a grande interrogação desta Comissão sobre essa “reforma da Previdência”, entre aspas. Pelo menos, eu fico animado e confortado, porque esse tema foi trazido à pauta. Espero que também a base do Governo tenha ouvido esses apelos sobre a questão da agenda de desenvolvimento, da retomada da produtividade e do crescimento da economia, que não passa por decisões como a que estamos tomando hoje no País. Queria também deixar essa observação sobre a sua apresentação aqui.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu agradeço.

Vamos ao próximo inscrito, agora seguindo a lista de Líderes. O sexto não se encontra; o sétimo não se encontra; o oitavo, Deputado Arnaldo Faria de Sá, dispõe do tempo de 5 minutos, quero dizer, 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

Queria primeiro cumprimentar o Márcio Pochmann pela brilhante exposição, onde ficou demonstrado a importância da seguridade social e da previdência para a sociedade brasileira.

Sem dúvida nenhuma, se dermos vazão a essa proposta, nós estaremos cometendo algumas coisas absurdas. Várias delas o são, mas tem uma que é uma heresia: elevação do Benefício de Prestação Continuada — BPC para 70 anos e não vinculação ao salário-mínimo. Pode-se dizer que a pessoa que não tem meio de sobrevivência, que hoje recebe um salário-mínimo aos 65 anos, poderá ter que esperar até os 70 anos e não ter a garantia do salário-mínimo. E pior ainda, Márcio, se lermos direito o texto, esses 70 anos não são um patamar definitivo. Poderá o IBGE, em razão da expectativa de vida, propor alteração — não por lei, mas por simples portaria — e elevar além dos 70 anos. Se as pessoas tiveram o cuidado de ler o texto direito, jamais poderão admitir essa hipótese do BPC como está sendo colocado na proposta.



Na questão da aposentadoria única aos 65 anos para todo mundo, urbano, rural, homem, mulher, sem nenhuma diferenciação, começar a partir da média de 51%, o próprio Fabio Giambiagi, um dos maquiavélicos que falou aqui ontem, admitiu que está errada. Ele mesmo admitiu que não pode ser 51%. Quer dizer, se aqueles que participam do saco de maldades acenam com alguma bondade é porque a coisa está complicada. Aliás, ele também criticou a cumulatividade de pensão e aposentadoria. Ora, se um dos benefícios tem contribuição, não há por que impedir a cumulatividade. Isso é absurdo! Ele também falou que esse era um dos casos que achava que estava errado e veio com uma proposta intermediária, a possibilidade da somatória de parte da pensão com parte da aposentadoria. Ele até deu exemplo, não se pode aumentar a conta da televisão se dois a assistem ou apenas um, mas continuará havendo a conta do aluguel e outras despesas. Ele só diz que admite que a conta do mercado pode ser menor. Então, são coisas assim sem sentido, sem nexos, que estão nessa reforma e que temos que repudiar totalmente.

A questão da idade igual para homem e mulher é deixar de reconhecer a chamada atividade dupla da mulher, que trabalha em casa, trabalha na rua, trabalha atendendo aos filhos, atendendo ao marido, cumprindo todas as suas obrigações. É o que a sociedade brasileira usou durante longo tempo ao reconhecer essa diferença de idade. Se 5 anos é muito, então vamos discutir se serão 4 anos ou 3 anos. Vamos discutir alguma coisa, mas deve haver diferença. Historicamente, não se determina de uma hora para outra que acabou esse diferencial. Isso não pode acontecer.

No caso das aposentadorias de risco — por atividade insalubre, penosa ou perigosa —, alguns dos que vieram aqui falar nem sabem o que é isso: insalubridade, penosidade, periculosidade. Se soubessem, não fariam de possibilidade. Ele disse que pode haver essa aposentadoria de risco, mas limitado à idade mínima de 55 anos. Ora, se há hoje aposentaria de risco depois de 15 a 20 anos de atividade, nunca se chegará aos 55 anos, pois o comprometimento físico daquela pessoa, logicamente, já estará instalado.

Acabar com a aposentadoria diferenciada de professores é uma heresia, um absurdo! É uma heresia, sem dúvida nenhuma, porque, num país com tantas



peessoas analfabetas vai-se acabar matando, na origem, a motivação daquele que poderia ajudar na alfabetização. É claramente um prejuízo. Já há, na emenda anterior, a emenda do Lula, a emenda do FHC, a especificação de que tem que ser em sala de aula. Então, garanta-se que tem que ser em sala de aula, mas com tempo mínimo. Não dá para admitir esse absurdo! Eu conheço várias professoras que ficaram, aos 65 anos, aos 70 anos, totalmente aniquiladas, porque isso as consome. Ser professor é ser como uma vela, porque vai se consumindo. E as pessoas não querem ver isso num país que precisa de educação.

O projeto da reforma foi meramente financista, meramente mercantil. É uma reforma que quer atacar a previdência pública para fazer o jogo da previdência privada. E é só ver os dados que estão aí. Todos os bancos estão saudando a reforma. Só de haver a discussão da reforma, só de dizer que não vai mais haver aposentadoria, em uma série de condições já mudaram as previdências privadas uma barbaridade!

E veja que ilógico: o autor principal da proposta de reforma, o Secretário de Previdência Marcelo Abi-Ramia Caetano tinha dupla função. Ele era Secretário da Previdência e era do Conselho de Administração da BRASILPREV, empresa de previdência privada. Agora, a Comissão de Ética do Governo mandou-o se afastar da BRASILPREV. Tem que se afastar de tudo! É a raposa tomando conta do galinheiro! Não pode continuar, não dá para admitir essa possibilidade. A Comissão de Ética deveria ter um pouquinho mais de perspicácia para ver a tal malandragem que está embutida nesse jogo.

Avidamente os bancos, em página inteira, estão fazendo propaganda da previdência privada, num momento em que a previdência pública está sob ataque, obviamente dirigido de dentro do próprio Governo — que acaba fazendo o jogo financista do mercado privado. É uma coisa que não dá para entender, Sr. Presidente.

Eu acho que nós temos que pensar em alguns detalhes e encontrar algumas saídas alternativas, porque, na conta que está na proposta apresentada, o trabalhador vai ter que trabalhar por 49 anos para ter direito ao benefício legal. Mas, uma pessoa disse: *“Não, a nossa conta não é essa. A nossa conta é 51% mais 25%. Trabalhou o mínimo de 25 anos, tem 76% do salário de contribuição. Está bom*



demais! Está bom demais se quem disse isso já tem aposentadoria integral. Aliás, o próprio Presidente se aposentou aos 55 anos. Será que ele vai devolver o valor referente aos 10 anos de diferença que ele recebeu em todo esse tempo? Era o mínimo que ele tinha que fazer. Aquilo que se prega é aquilo que tem que ser feito.

Há também outro detalhe. Hoje o tempo mínimo de contribuição é de 15 anos. Contribui-se por 15 anos e, com 60 anos de idade, aposenta-se a mulher; com 65 anos, o homem. Em todos os casos, vai mudar para 25 anos de contribuição — direto numa paulada só! Tem que haver uma escadinha, não há como mudar de 15 anos para 25 anos, uma diferença de 10 anos, do dia para noite. E para os coitados que estão com 14 anos e alguns meses de contribuição — pertinho dos 15 anos, faltando 3, 4, 5 meses —, vão ficar faltando 10 anos e alguns meses. Não dá para admitir, não dá! É falta de sensibilidade total, é falta de vergonha, é falta de respeito. Não se pode tratar um segurado da Previdência Social dessa maneira.

Aliás, o próprio Relator *ad hoc*, hoje, aqui na Comissão, logo depois que o Dr. Márcio Pochmann falou, disse — ele é pessoa de dentro da cozinha, já foi Ministro da Previdência: *“Estão fazendo acordo só em cima do RGPS e estão se esquecendo do RPPS”*. Muita gente nem sabe o que é RPPS. É o Regime Próprio de Previdência Social, no qual o Governo não põe nada, só o trabalhador, só o servidor contribui. Aí falta contrapartida e vem essa história. Além disso, há também a questão dos militares.

Não se pode querer que um desgraçado, um coitado que recebe Benefício de Prestação Continuada de um salário mínimo venha a ser atingido dessa maneira. E, quando falo em um salário mínimo, quero lembrar um detalhe. Todo mundo fala: *“A rural está custando muito caro, a rural é isso, a rural é aquilo”*. Primeiro, quem está salvando a lavoura da economia é a área rural — começa por aí. O benefício rural é de um salário mínimo! Não há nenhum aposentado rural que ganha mais de um salário mínimo. Os caras de pau vêm dizendo que o problema da Previdência é a área rural. Vão para o inferno! O que é isso? O aposentado rural ganha um salário mínimo, trabalhando sob chuva e sob sol. Hoje, o homem se aposenta aos 60 anos e a mulher aos 55 anos. Querem levar todos, Deputado Heitor, para 65 anos. É para o cara morrer trabalhando e não receber porcaria nenhuma, para não falar outra coisa.



Eu tenho certeza de que lá no Plenário o jogo é outro. Lá no Plenário, em hipótese alguma, o Governo conseguirá aprovar essa proposta.

Lembro-me inclusive de um detalhe. O Presidente Michel Temer foi o Relator da reforma à época do Governo Fernando Henrique Cardoso. Ele foi o Relator arrumado. O relatório foi derrotado em Plenário pelo Deputado Euler Ribeiro, do Amazonas. Ele com o Deputado Luís Eduardo se mancomunaram e inventaram uma tal emenda aglutinativa, que salvou a reforma de FHC. Dali para frente, ele surgiu politicamente. Virou Presidente da Câmara pela primeira vez, Presidente da Câmara pela segunda vez, Líder do PMDB e, hoje, por acaso, é Presidente.

Mas não se esqueçam de que, na terça-feira que vem, a porca vai começar a torcer o rabo no TSE, e nós vamos tentar salvar nossos miseráveis aposentados e pensionistas deste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Heitor Schuch, pelo critério de inscrição comum.

V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Saúdo os colegas resistentes e teimosos, como também o Márcio Pochmann.

Eu tomei a decisão de poupar o ouvido dos senhores hoje e vou guardar a minha artilharia para amanhã. Estou achando que amanhã vai ser um dia bom para fazer um debate nesta Comissão Especial.

Quero lhe fazer três perguntas, Márcio. O Relator da PEC 287, Deputado Arthur Oliveira Maia falou — isso está nos meios de comunicação social — em incluir a filantropia, ou seja, a saúde, a educação, a assistência social, a assistência técnica e a extensão rural. Enfim, falou em incluir tudo o que for filantropia como sendo a receita nova nessa PEC. Queria ouvi-lo sobre isso. O que isso significa, o que isso representa, considerando os estudos em que vocês têm trabalhado há tanto tempo na UNICAMP?

A segunda questão é sobre a FAO. Ela tem um estudo que diz que 9% do total da população rural brasileira remanescerá, em 2050, no campo. Isso é conhecido de muitos.



A PEC atrasa a aposentadoria das mulheres, das trabalhadoras rurais, que despertam, que começam a trabalhar muito cedo, e se aposentam tarde e, como disse o Deputado Arnaldo, com um salário mínimo.

Pelo que está posto aqui, nós vamos ficar num vazio de 2027 a 2037, porque nenhuma mulher trabalhadora rural vai alcançar a idade de aposentadoria. Quando ela ficar mais velha e ainda não tiver chegado aos 65 anos, não vai haver ninguém se aposentando nesse período. Pelos estudos que fazem, quem vai sobrar no campo se essa PEC for aprovada?

A última pergunta é sobre o agronegócio. Cogita-se que o agronegócio brasileiro exporta 540 bilhões/ano e que ele deveria participar com uma parcela de contribuição para a Previdência Social. Há alguns estudos por aí que dão conta de que isso pode ajudar com um percentual, com uma quantidade de recursos. Eu queria ouvi-lo sobre essa questão. Como fazer para que o agroexportador brasileiro que não contribui para a Previdência, mas que tem crédito facilitado e uma série de regalias, que nós não queremos contestar aqui, até porque ele tem um significado importante para a economia brasileira, contribua com algum percentual? Qual o potencial do agronegócio para melhorar a nossa Previdência e a nossa Seguridade Social?

São essas três perguntas tão somente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Marcus Pestana. *(Pausa.)* Ausente. Cancelo a inscrição.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Delegado Waldir. *(Pausa.)* Ausente. Cancelo a inscrição.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Pompeo de Mattos, que soma ao seu tempo de inscrição 50% do tempo de Líder.

V.Exa. tem 7 minutos e 30 segundos, porém eu completo o tempo para 8 minutos, já que estou ansioso por ouvir esse santo-augustense.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sou gaúcho da gema.

Sr. Presidente Deputado Marun, nosso debatedor Márcio Pochmann, talvez eu insista, persista e até seja um pouco teimoso, mas uma mentira dita mil vezes vira verdade. Imaginem a própria verdade repetida. Então, nós precisamos repetir a



verdade para que ela possa se impregnar na consciência das pessoas ou, quem sabe, despertar alguns.

Eu tenho tanta convicção sobre as coisas que tenho dito aqui que, às vezes, quando estou em casa, sem ninguém na minha frente, pego-me falando para mim mesmo, para aumentar a convicção que tenho sobre aquilo no qual acredito, porque, eu mesmo duvido do que vejo. É impressionante! Então, eu tenho que falar para não me perder em meus argumentos e aumentar essa certeza absoluta do absurdo da proposta de alguém ter que trabalhar 49 anos na roça, na lavoura, e de ter que viver 65 anos ali.

Eu sei disso porque trabalhei um bom tempo como colono. O meu pai era um assentado. Eu sou filho de um colono assentado pela reforma agrária que o Brizola fez lá em Santo Augusto, na Estação Experimental, no Distrito de Coroados. Ali nós nos criamos em 12 irmãos, numa família grande.

Então, eu sei bem como é a lida na roça. Tem que levantar cedo, tirar leite das vacas, tratar dos porcos, levar o gado ao pasto, ir à lavoura capinar, lavrar, plantar, colher, fazer a lavagem para os porcos, tratar dos bichos ao meio-dia, à noite, em dias de chuva, aos sábados, aos domingos — os animais não conhecem feriado.

Deputado Heitor Schuch, alguns não compreendem isso. Só sabe a dor do calo da bota quem usa bota. Só conhece as coisas da vida do campo quem ali vive ou convive. Quem nunca usou bota não sabe o quando dói o calo na bota. Quem nunca trabalhou na roça não sabe como é a lida no cotidiano da lavoura.

O Governo atira contra cinco segmentos muito pesados. É importante dizer isso, Prof. Márcio, para compreendermos melhor. Vou repetir: ele tira da pessoa deficiente, tira do cego, tira do aleijado — desculpem-me dizer essa palavra —, tira das pessoas aquilo que a vida já lhes privou em condições normais, tira da viúva, que já perdeu o ente querido. Além de perdê-lo, vai perder também a pensão que ele tinha. Se ele tinha pensão, só vai vir a metade ou pouco mais da metade para ela. Além disso, o Governo tira do idoso, que hoje, com a prestação de serviço continuado ou com o amparo previdenciário, recebe menos de um quarto do salário mínimo, ou seja, 240 reais, aos 65 anos — se é que uma pessoa pode viver com 240 reais por mês. O Governo está dizendo que ela só pode receber dali a 5 anos,



aos 70 anos. Ela vai morrer, morreu, assim como diz Silvio Santos, em seu programa: *“Ele morreu, ele morreu, ele morreu!”* Essas pessoas vão ser castigadas pelo Governo. Como é que nós vamos consentir isso?

Mas será que o problema da Previdência, Prof. Márcio, é o deficiente mental, o deficiente físico? É esse o problema? Será que o problema da Previdência está na viúva? É ela que está matando a Previdência? Será que o problema da Previdência está no idoso pobre? O idoso pobre tem que ficar mais pobre e mais idoso? Porque ele vai morrer sem receber.

Eu chego a me beliscar. Eu devo estar num mundo que não existe. Ou os outros não sabem em que mundo estão? O mundo é real; Brasília é virtual. O mundo real é o Rio Grande do Sul, é o Paraná, é Santa Catarina, é o meu Município, é Ijuí, é Santo Augusto. O mundo real é o meu bairro, é a minha rua. O mundo real é a minha casa. O mundo real é a minha família, é a família de cada um de nós. É isso que nós precisamos deixar muito claro.

E o que dizer das mulheres? Eu já disse aqui que todos nós homens nascemos da barriga de uma mulher. Nós crescemos no colo de uma mulher. Nós aprendemos a andar pela mão de uma mulher. Feliz daquele que pode viver no coração de uma delas. Só que quem está fazendo essas propostas contra as mulheres, igualando-as à aposentadoria dos homens, não leva em conta que elas têm tripla jornada. Além de gerar filhos, trabalhar fora, cuidar da casa, ela é mãe a vida inteira. Portanto, quem faz essa proposta não tem coração ou desconhece o coração de uma mulher.

Nós precisamos ter o mínimo de respeito. Eu tenho que dizer isso com todas as palavras. O que dizer de uma professora? Os senhores acham que a professora vai trabalhar a vida inteira? Eu sei o quanto a minha professora se esmerou, se esforçou para eu poder estar aqui. Cada um dos Deputados passou pela mão de uma professora, de um professor, e não respeita o professor e a professora que o colocou aqui.

Eu sou produto da educação. A educação que o Brizola implementou no Rio Grande, criando seis mil e tantas escolas, os CIEPs, me trouxe até aqui. Eu sou filho da educação. Nós somos filhos da educação. A educação nos libertou, nos encaminhou. E nós vamos aqui atirar contra os educadores, contra os professores,



contra os policiais civis? Nós vamos tirar o risco de vida? Não com o meu voto, não com o meu apoio e nem sem a minha crítica.

Eu fiz uma comparação hoje, numa entrevista, entre a coragem e a covardia. Nas duas situações, tu tens uma atitude. Tanto na coragem quanto na covardia tu és impregnado de uma atitude. Na coragem, tu tens uma atitude para enfrentar os grandes e os poderosos; na covardia, tu tens uma atitude para oprimir os fracos e os miseráveis.

O Governo não tem coragem de enfrentar a Friboi, que deve quase 2 bilhões à Previdência; não tem coragem de enfrentar a Marfrig, outro frigorífico; não tem coragem de enfrentar o Bradesco, o Itaú e outros bancos. O Governo não tem essa coragem, mas é valentão, é machão, é covarde ao tirar os troquinhos do cego e do deficiente; é covarde ao tirar o dinheiro das viúvas, das pessoas idosas, acima de 65 anos, que são pobres, pobres de marré, marré, marré. Isso não vai acontecer com o meu voto.

Nós pedimos ao Governo os microdados da Previdência, que ele não nos forneceu, para ver quantas pessoas são deficientes e o que recebem; quantas pessoas idosas recebem pensão e qual é o valor; quantas pessoas são viúvas e o que recebem. Sabem por que ele não nos forneceu esses dados? Porque, se ele nos fornecesse e os cruzássemos, a casa cairia. Eu disse ontem e repito agora: o Governo sabe quais são os dados, mas eu não posso saber. O que só ele sabe que eu não posso saber? O que é que, se eu ficar sabendo e contar para todo mundo, faz a reforma da Previdência cair?

Nós precisamos de transparência. A verdade liberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vou concluir.

A verdade faz bem à saúde; a verdade faz bem ao direito; a verdade faz bem à liberdade.

Por isso, amanhã, vou falar sobre filantropia. Em relação a esse tema, o Governo está errado, o Relator está errado de querer tirar a filantropia das escolas e dos hospitais. Isso é inaceitável.

Digo isso porque hoje a filantropia nas escolas ensina aos alunos que amanhã eles serão os profissionais que vão contribuir para a Previdência. Se não



houver mais filantropia hoje, não vai ter mais como ensinar os jovens, não haverá profissionais. A Previdência vai ter que amparar esses não profissionais, porque a filantropia não permitiu que eles estudassem. O barato vai sair caro.

Mas, enquanto isso, Sr. Presidente, o peixe morre pela boca, e o homem, pela palavra. Eu dou a minha palavra nesta Comissão; eu me garanto. O PDT tem uma posição muito firme em favor do cidadão, em favor da população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não é questão de ser Oposição ou Governo, mas esse projeto é do povo brasileiro. Não se trata de números, trata-se de vida. E a vida tem que ser respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, queria fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim. O que seria, Deputado?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deputado, quero pedir desculpa ao Dr. Márcio. Fiz uma pergunta a ele, mas tive que sair para uma consulta a respeito de um *check-up* que fiz ontem e hoje, e tive que votar.

Por falar em votar, quero anunciar que nós derrotamos a privatização das universidades. A PEC que cobrava pela pós-graduação e extensão foi derrotada. Houve também recuo do Presidente quanto ao projeto das dívidas do Estado. Foi retirado de pauta. Isso sinaliza a fraqueza do Governo e a vitória do povo no que se refere a essa proposta cruel de reforma previdenciária.

Obrigado, Deputado Carlos Marun.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas nos diga como está a saúde. V.Exa. nos preocupou. A saúde está boa?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Está boa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está bom. Preocupou-me, porque V.Exa. disse que veio de um *check-up*. Mas está tudo tranquilo?

Também quero destacar que o Deputado Pompeo, além de ser esse homem valoroso, de origem no campo, que se transformou numa liderança política nacional, também era um grande carnavalesco lá em Santo Augusto. Na vida, tomamos uns tombos, mas também...



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Houve esses tempos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ele era um grande carnavalesco lá no Clube Sete de Setembro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim, havia o Marinheiro Popeye.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É, havia o Bloco dos Magrinhos, lembra?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Havia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por isso, V.Exa. é hoje essa liderança nacional, um expoente da política no Rio Grande do Sul e no Brasil. V.Exa. é um homem afeto às causas populares.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Obrigado, Deputado.

Eu disse algo ao pé do ouvido do Deputado Marun hoje, que não é demais eu socializar. *(Risos.)* Quem te viu e quem te vê! Eu o conheço há muitos anos, mas aqui nesta Casa ele é muito duro nos embates.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Desde o Bloco dos Magrinhos?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, ele já era gordinho. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Bloco dos Magrinhos! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele é gordinho desde cedo. Mas ele tem sido muito firme na condução dos trabalhos, muito competente e muito generoso inclusive nos debates.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu acho melhor parar por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Precisamos reconhecer isso. Nós divergimos no pensamento e na maneira de olhar o mundo, na visão de mundo, mas não podemos perder o respeito. E isso eu tenho por ele.

V.Exa. merece o nosso respeito e, inclusive, o nosso reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado. Isso é recíproco.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)* Não se encontra.



Eu não estava na Presidência. As inscrições já haviam sido encerradas, mas o Deputado que estava no exercício da Presidência aceitou mais uma inscrição. Eu não estou conseguindo ler aqui o nome, mas alguns dos Deputados presentes ainda desejam se manifestar? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não.

As Lideranças também não querem se manifestar?

Então, estamos chegando ao fim. Eu vou me reservar o direito de fazer também algumas indagações ao ilustre economista Pochmann. O senhor é de Venâncio Aires?

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Sim, sou, com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Colorado ou gremista?

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Tricolor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tricolor. Nem tudo é perfeito.

(Risos.)

Deixe-me fazer uma pergunta, para desenvolver o debate.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, queria registrar uma questão, já que V.Exa. está falando de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É claro.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu sou gaúcho também, como V.Exa. sabe, mas sou anti-imperialista. Portanto, sou contra o imperialismo da dupla Grenal no futebol gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. é torcedor do Juventude?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Do Esporte Clube Juventude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está certo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, eu tive um compromisso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu encerrei.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu sou Cruzeiro e Flamengo. Estou fora desse papo.



Eu tive que sair, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, deixe-me dizer, cabe ao Plenário decidir. Realmente, eu encerrei a concessão para os inscritos. Eu o chamei.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está ótimo. É uma pena!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu gostaria até de ouvi-lo, mas...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, vamos permitir que o nosso Vice-Presidente da Comissão fale. Vamos abrir essa exceção.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, o PT reivindica ouvir o Deputado Marcus Pestana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Dentro do âmbito de harmonia que nós estamos desenvolvendo o debate...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Da nossa parte, não há objeção, muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Marcus Pestana, V.Exa. tem 12 minutos. Está inscrito como Líder.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu vou procurar usar muito pouco desse tempo; vou usar metade ou menos dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quero chamar a atenção exatamente para a característica desta audiência pública. Tenho algumas identidades com o Prof. Pochmann, porque sou economista e professor universitário. Chama-me a atenção a diferença da audiência pública de hoje pelo seu ambiente.

Eu sinto certo gosto amargo de uma derrota geracional. A nossa geração, a geração da Nova República está produzindo um Brasil que não é nada bonito. Esse não é um legado positivo para as futuras gerações. Nós estamos produzindo um Brasil intolerante. Nós conseguimos produzir o maior ciclo democrático do Brasil. No entanto, nós nos enfiamos na maior recessão da nossa história e num ambiente político em que há um colapso da relação do sistema político com a sociedade.

Hoje, longe do que aconteceu ontem com o Marcos Lisboa e com o Fabio Giambiagi — esse é o clima —, quero dizer que a reforma da Previdência não é um



assunto de governo, é um assunto de Estado. O Governo Michel Temer não vai usufruir dos efeitos — faltam 1 ano e 9 meses do seu Governo. Nesse sentido, o Presidente está sendo corajoso, porque ele podia lavar as mãos. Esse é um ajuste estrutural, de longo prazo.

Quero aproveitar para dialogar, porque eu fui educado numa cultura plural e nada sectária. Então, lia Delfim, lia Roberto Campos, leio sempre os artigos do Pochmann. Portanto, procuro me alimentar da diversidade. O Gramsci falou certa vez que se deve sempre prestar atenção aos adversários, porque eles podem estar com 10% da razão e que se aprende com isso.

Obviamente, todos nós respeitamos o Prof. Pochmann, um economista que tem suas convicções, que trabalha com qualidade — ele fez aqui uma boa apresentação, um bom histórico. Pochmann, há uma obstrução ao diálogo e ao debate. Sr. Presidente, não sei se ele vai ter oportunidade de falar uma segunda vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vai, ele ainda vai concluir.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É impressionante como isso está obstruído. É óbvio que, ao conceber um sistema de repartição que pressupõe a solidariedade intergeracional, com regras de acesso e nível de benefícios, isso estava subjacente à construção do nosso sistema. Não é um sistema de capitalização, é um sistema solidário, intergeracionalmente falando. Também há o pressuposto de que haveria um forte subsídio social. Mas como negar que há um desequilíbrio? É isso que eu queria entender. Não percebi isso no seu posicionamento, mas, considerando qualquer um dos três conceitos, ou seja, o conceito orçamentário de Seguridade Social, o conceito de fluxo de caixa ou déficit financeiro e o conceito atuarial, o déficit está presente e é extremamente relevante. O atuarial é explosivo. O TCU já fez projeções, assim como os técnicos de carreira do Governo. Questiona-se aqui a metodologia, mas, se há um déficit brutal de fluxo de caixa, com a dinâmica demográfica, é o óbvio que, do ponto de vista atuarial, esse sistema é insustentável. Eu queria entender isso.

A ANFIP conseguiu convencer que não há déficit; mostrou uma manipulação contábil terrível, porque tira a DRU, que é uma decisão constitucional, mas



desvincula a receita — como o dinheiro é deficitário, ele volta — e não coloca os servidores públicos no Regime Próprio.

Então, até no conceito da Seguridade Social, há um déficit muito maior do ponto de vista financeiro e escandalosa e explosivamente maior do ponto de vista do conceito atuarial.

Independentemente disso, mesmo se nos ativéssemos ao conceito que está presente na Constituição sobre outras fontes de recurso para financiar a diferença entre contribuições e o dispêndio com os benefícios, haveria o imbricamento com a crise fiscal. Queria saber sua visão sobre isso.

O País acumulou, durante 2 anos seguidos, 10% de déficit no PIB nominal — valor muito maior que o da Grécia pré-crise. Nosso endividamento é uma bola de neve. Isso tem a ver com a formação da taxa de juros, com o custo de carregamento da dívida, com o serviço da dívida, com o peso dos juros. Há uma confusão aqui, uma circularidade lógica. É o desequilíbrio fiscal que provoca os juros altos e que faz retornar, como efeito colateral, o aumento do dispêndio com juros.

Então, é evidente, na sua fala, que as três reformas propostas que estão na mesa se comunicam. É óbvia a queda do peso do setor industrial? É óbvio que nós vamos ter que repensar a base de financiamento do nosso sistema. O José Roberto Afonso colocou isso num debate interno, num seminário interno. É óbvio que vai ter que mudar. Isso tem a ver com a reforma do mercado de trabalho e com a reforma do sistema tributário.

Demografia é um fato; não se pode menosprezá-la. A transição demográfica está acontecendo aceleradamente. Conforme aquele gráfico que mostra o percentual do PIB gasto com os gastos previdenciários, *vis-à-vis* a taxa de dependência, a relação dos idosos e a progressão, vamos bater na Itália, na França, no Japão. Quer dizer, é explosivo. É possível imaginar gastar 25% do PIB? E como fica a Seguridade Social?

Durante 8 anos, eu fui Secretário de Saúde, mesmo sendo economista. Eu fiz alguns artigos, tendo como parâmetro outros sistemas de acesso universal. Sobre a saúde complementar, eu projetei que, para termos o SUS constitucional, nós precisaríamos quintuplicar o financiamento da saúde. Nós temos 300 ou 350 dólares; Portugal tem 1.500. Se compararmos com a saúde complementar, é



covardia. Na própria Seguridade, há um déficit mascarado na saúde. Nós precisávamos de cinco vezes mais, não só no Governo Federal mas também nos Estados e Municípios.

Então, se é verdade que nas despesas primárias o gasto previdenciário já é 56% e que, se nada for feito, vai ser 80%, os gastos com educação, segurança, saúde e assistência social também vão ser pressionados e limitados. É uma escolha. Não há nada de mau nisso. Orçamento é isso, democracia é isso. Se a sociedade brasileira resolver que vai bancar esse sistema previdenciário e financiá-lo, aumenta-se esse imposto e sacrificam-se outras despesas. Tudo bem! É uma decisão democrática, mas não vai haver qualidade na educação nem expansão. A crise do SUS vai se aguçar. Enfim, não vai haver infraestrutura. A tragédia, o déficit do saneamento ambiental, como esgoto e tratamento de água, também não vai ser atacado. Nós vamos privilegiar determinada despesa.

Então, esse clima de Grenal, de Fla-Flu, de Atlético e de Cruzeiro não contribui. Essa é a pergunta essencial. Hoje, eu não vi aqui ninguém registrar, mas todo mundo fica cobrando que tem que agir do lado da receita. O Governo pôs na mesa o fim das desonerações. Não vi ninguém comentar sobre isso. O Governo Michel Temer está avaliando. Não sei nem se já foi anunciado que o ajuste orçamentário vai ser pela suspensão da desoneração, o que, no Governo Dilma, não houve efeitos satisfatórios quanto ao nível de emprego.

Nós vamos fazer ajustes nessa reforma, mas falar que o foco é prejudicar os mais pobres... Na verdade, estamos combatendo os privilégios, ao trazer todo mundo para uma regra única, porque as distorções, as aposentadorias precoces e alguns benefícios que ultrapassam até o teto constitucional estão com a elite; não estão com os mais pobres.

Eu queria ouvir uma palavra sua sobre isso. Em nenhum momento, você falou, mas há um déficit grave na Previdência, que é parte principal do déficit fiscal, e esse é o motivo que trava a retomada do crescimento.

O círculo virtuoso gerando, em médio prazo, soluções para a própria Previdência virá com o equacionamento do desequilíbrio fiscal. A taxa de juros já começou a cair de forma consistente, mas, se não houver o ajuste — e a Previdência é parte central nisso —, nós vamos novamente empurrar o Brasil para a



beira do abismo. Se nada for feito, se nenhuma reforma for feita, nós teremos novamente o aumento do desemprego e da recessão e vamos destruir qualquer perspectiva de retomada do desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, obrigado pela paciência. Desculpe-me, mas eu tive um compromisso inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim.

Eu agora vou fazer algumas perguntas.

Professor, o senhor entende que hoje são desnecessários os ajustes na Previdência, que nós podemos levar do jeito como está por mais 10 anos, 20 anos, e não são necessários ajustes. Sim ou não?

O senhor entende que é inadequado para um país como o Brasil ter uma idade mínima para a aposentadoria? Sim ou não? O senhor entende que a idade mínima para a aposentadoria é adequada ou não? Se o senhor entende como adequada, que idade estabeleceria como regra geral? Se o senhor estabelecesse diferenciações, faria para que categorias?

Basicamente, são essas as perguntas que eu lhe faço até para embasar o debate.

Estão encerradas as manifestações dos Parlamentares.

Destaco que passamos 5 minutos de 3 horas após o término da primeira manifestação do professor. Então, estamos absolutamente regulares com o que nos propusemos.

Passo a palavra ao Prof. Márcio Pochmann para suas considerações finais pelo tempo que desejar.

O SR. MÁRCIO PORCHMANN - Muito obrigado pelas considerações e posições sobre esse tema. Certamente, não vamos sair daqui convergentes, mas deixaremos as coisas mais claras do nosso ponto de vista.

O Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, analisou o nosso País e identificou que o Brasil se desenvolve numa espécie de rosário de milagres, que seria justamente os ciclos econômicos — todo mundo já estudou isso de alguma forma. Houve o ciclo econômico do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro, do café. A nossa hipótese é que estamos vivendo hoje o fim do ciclo da industrialização.



Hoje, a indústria de transformação representa 7% do PIB. A partir dos anos 30, a estruturação da sociedade brasileira baseou-se num País urbano, um País com uma classe média assalariada avantajada, com uma classe trabalhadora alargada. Tudo isso foi produto da indústria.

Houve um debate na eleição de 1930, em que Júlio Prestes, candidato de Washington Luís, dizia que, frente à crise do café, a laranja salvaria o Brasil. Havia um projeto agrarista na época. Devido a vários elementos, saiu a perspectiva urbano-industrial da industrialização. Então, a indústria foi praticamente um ciclo, embora voltado para o mercado interno, diferente dos ciclos anteriores, porque estes eram voltados para o mercado externo, para a exportação.

O Celso Furtado, no livro chamado *Formação Econômica do Brasil*, que coincide com essa perspectiva da história econômica assentada nos ciclos, também analisa o decréscimo dos ciclos, os períodos de decadência, períodos em que os ciclos aparecem, como, por exemplo, quando o ciclo do ouro, em 1760, 1780, esgota-se. A partir daí, há um período de quase 60 a 70 anos sem nenhuma dinamicidade no País, até engatar o ciclo do café, no Rio de Janeiro, em São Paulo. No final do século XIX, o Brasil passa a ser o maior produtor de café e uma base importante para a atividade econômica do Brasil. Essas são as mudanças de 1880.

A impressão que eu tenho, de forma muito sincera, é que nós estamos vivendo uma fase de baixa desse ciclo. Foi mostrado anteriormente um gráfico da expansão durante a Nova República. O fim da ditadura e a Nova República é um período de baixo dinamismo. A manutenção da democracia no Brasil se deu basicamente deturpando a visão de que poderia ser uma sociedade moderna.

De um lado, os nossos empresários, os nossos capitalistas acreditam que riqueza é ganho financeiro. Se não há crescimento econômico, onde está a valorização do sistema financeiro?

Ao encerrar o regime militar, o Estado gastou 1,8% do PIB com o serviço da dívida. Nós estamos gastando aproximadamente 8% do PIB com gastos financeiros, com gastos totalmente improdutivos.

De outro lado, ampliamos o gasto social importante no combate à pobreza, mas, na verdade, construiu-se uma cidadania, cujo objetivo é o consumismo.



Se não há crescimento, a situação é insustentável. As reformas que estão sendo feitas aqui estão articuladas. Quer dizer, o corte do gasto durante 20 anos, cujo objetivo é preservar o recurso orçamentário para continuar pagando o serviço da dívida. Esse é o meu modo de ver. Posso estar equivocado, porque serão derrubados de 5 a 6% do gasto social em relação ao PIB. Se em 2014 eram 23%, voltaremos ao que era no final do Governo Fernando Henrique, 18 a 19% do PIB.

A reforma que está sendo discutida aqui vai no mesmo sentido. Se não se fizer essa reforma, ela vai pressionar a PEC dos gastos. Então, ela está encadeada. No meu modo de ver, esse é um problema do Governo que está em curso, diferentemente daqueles que assumiram em 1964 e fizeram um conjunto grande de reformas, mas eram reformas modernizantes do País. As reformas que estão sendo feitas vão retroceder o País. Vamos voltar aos anos 90, do ponto de vista do gasto social. Discordo disso. Estamos aqui num ambiente democrático, com economistas como eu, e professores. A taxa de juros é o rabo que abana o cachorro. Não há razão alguma para haver uma taxa de juros que tem crescido em termos reais. Ela cai nominalmente, mas cresce em termos reais, porque a velocidade da queda da inflação é muito maior do que a da taxa nominal da SELIC.

A nossa taxa de juros é de quanto? É de 7,5%?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Vai para 4% agora.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Mas a inflação está quatro e pouco.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Sim, mas há quanto tempo ainda?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Daqui a 1 ano.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Daqui a 1 ano? Isso significa mais 8% do PIB transferido para uma coisa injustificada. Não há razão para haver taxas de juros tão altas. Precisa haver uma liquidez. Onde o pessoal vai botar o dinheiro? Vai tirá-lo do Brasil? Vai colocá-lo onde? Onde tem aplicação? Com taxa de juros nesse tamanho, há uma atratividade de recursos externos que vêm para cá, valorizam o nosso câmbio e o tornam difícil. Houve uma desvalorização que teve um custo inflacionário em 2015. Essa inflação foi produzida. Liberaram os preços administrados com o impacto da desvalorização, geraram uma inflação a mais. Agora que a está sendo acomodada, volta-se a valorizar o câmbio.



Avançamos para outros aspectos, mas, no meu modo de ver, sinceramente, não vejo possibilidades de sairmos de forma sustentável. Qual o setor que vai puxar a economia? O complexo de petróleo e gás, que era uma possibilidade, está desestruturado. O setor da construção civil? As empreiteiras? Vejam que estão levando partes que têm entrada basicamente no capital nacional: petróleo e gás, empreiteiras e agora o agronegócio. Isso é perigoso do ponto de vista da soberania nacional. Vou dizer aqui, sinceramente, isso não está escrito. A impressão que eu tenho é de que, se esta reforma da Previdência for instalada, ou seja, se tratarmos igualmente os desiguais, o que vai acontecer? A classe média assalariada vai se deslocar, vai procurar a Previdência privada. A Previdência privada dos bancos nacionais, mas, sobretudo, dos bancos estrangeiros. É outro setor, que é basicamente nacional, mas vai ser internacionalizado. Então, num processo de internacionalização, eu não vejo sinceramente base para sustentar um ciclo de expansão. Por onde vai vir o ciclo de expansão? Para o agronegócio? O Agronegócio é importante, mas é impossível num País urbano com mais de 200 milhões de habitantes.

O setor de serviços é dinâmico? Serviços, minha gente! Os governos liderados pelo PT, nos anos 2000, geraram 22 milhões de empregos. Fantástico para o Brasil, mas 22 milhões de empregos, sendo que 92% desses 22 milhões de empregos foram para pagar até um salário mínimo e meio, foram empregos nos serviços. Essa é a sociedade que nós vamos gerar? Sociedade de empregos de remuneração tão baixa? É um País que não tem futuro. A classe média não tem emprego assalariado. Onde vai ter emprego assalariado para a classe média?

Então, no fundo, nós estamos abrindo um aspecto que é de futuro do País, é questão de projeto. Eu, sinceramente, não consigo ver aqui. Estou para ser convencido, inclusive, mas não consigo ver setores dinâmicos que possam permitir a retomada da economia. Quer dizer, País que tem não indústria, não tem fonte de expansão. Esse é o problema do Trump, nos Estados Unidos. O Trump foi eleito, denunciando que não tem indústria lá. O que não significa dizer que não tem... Hoje, das 500 maiores empresas internacionais, 270 são empresas americanas, mas não estão lá, não geram empregos lá. Eu acho dramático para nós! Nós estamos esperando um milagre que venha do exterior. Eu acho difícil, porque há um processo



de desglobalização, de aumento das políticas defensivas, das políticas nacionais. A Inglaterra, liderada por um Governo ideologicamente liberal, lançou um programa de reindustrialização. E nós? O que estamos fazendo pontualmente aqui? São necessárias... Claro que são necessárias!

Na verdade, a Previdência, a Seguridade, etc. são uma construção. Elas já vêm mudando pontualmente. O Fernando Henrique não fez? O Lula não fez? A Dilma queria fazer, etc. A preocupação é fazer uma coisa tão profunda, a toque de caixa. Por que a urgência? Isso é uma coisa que afeta os próximos 40 anos. Então, eu pergunto o seguinte: por que precisa fazer mudança imediata? Por que não fazem as pessoas entrar no mercado de trabalho?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É porque há uma crise fiscal monumental.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Essa crise fiscal vai se aprofundar com a reforma que vocês estão fazendo aqui. Isso é um efeito dinâmico. Eu não disse para ela, mas disse para a equipe da Presidenta Dilma, a qual eu apoiei e apoio, que isso é um tiro no pé. Criar recessão para fazer o ajuste fiscal aprofunda o fiscal. E o que aconteceu? Nós estamos tendo déficit primário nominal, mas a parte do déficit total vem da conta juros.

O Congresso soberano votou o corte de gasto operacional. Por que não houve corte financeiro? Por que sobre as finanças não tem limite, não tem freio, e pode gastar quanto quiser? Essa é a questão. É corte geral, de todos os gastos. Não, o financeiro está aberto. É só o gasto primário? Bom, sobre isso um economista vai conversando o tempo todo.

É inadequado ter idade mínima? Já tem idade mínima. Pela fórmula 85/95 já existe uma idade mínima com contribuição. É contribuição ou idade.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, mas aí se inicia uma divergência, porque há uma suposta idade mínima. Eu defendo que tenha que haver uma idade mínima.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Os rurais têm idade mínima.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Os rurais têm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Calma, porque nós não precisamos ainda de uma (*ininteligível*).



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu defendo que tenha que ter uma idade mínima fixa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente Marun, mantenha o Pompeo na Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Pompeo, V.Exa. não está autorizado a migrar para a base. Fica na Oposição! (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Foi o que eu disse: esse projeto não é do Governo, não tem que ser do Governo nem da Oposição, mas do Brasil. Por isso, desculpe-me, professor, mas eu sou defensor da fórmula 85/95. Eu briguei por isso, inclusive um dos projetos, lá atrás, era de iniciativa minha e de vários colegas. É muito bom o inicial. Aí vai virar 90/100. Está feita a reforma. Para mim, basta ter uma idade mínima, ou seja, chega-se a 90/100 e coloca-se uma idade mínima, por exemplo, 58, 59 ou 60 anos para a aposentadoria. Quer dizer, antes disse, você não se aposenta, vai ter que contribuir mais. O senhor está entendendo? Então, é só esse equilíbrio. A reforma, para mim, está feita. É detalhe apenas. O Governo está errando porque está exagerando.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Apenas para lembrar que 85/95 é regra de cálculo. Não é critério para aposentar. É uma regra de cálculo opcional para quem quer atingir aquilo, para não ter a perda do fator previdenciário. Eu só queria lembrar disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Suspirei. Eu pensei que o Deputado Pepe também iria aderir à reforma. Calma, Deputado Pepe, nós precisamos de Oposição também! Isso é só um pouco de brincadeira depois de algumas horas aqui, mas essas colocações são importantes.

Eu retorno a palavra ao senhor.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Um ponto que eu acho que seria interessante considerar é o seguinte: nós temos ao redor de 27% dos aposentados e pensionistas, que, embora recebendo esse benefício, continuam trabalhando. Essa é uma questão que me parece importante.

Num estudo que fizemos, quando eu ainda estava no IPEA, é demonstrado que parte significativa desses que se aposentam e continuam trabalhando não é de trabalhadores de baixa remuneração. Somos nós, professores universitários, etc.



Então, aí existe uma questão. A Previdência é para fazer com que as pessoas saiam do mercado de trabalho e vivam com uma renda. Alguns dizem que a Previdência paga pouco. Não, a Previdência paga mais ou menos o equivalente ao valor que você recebia quando estava no mercado de trabalho. Ou a Previdência virou um segundo contracheque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu lhe pergunto qual seria a sua opinião a respeito disso. Só para fazer uma consideração, hoje eu recebi um Prefeito, que queria falar comigo. Apesar de estar muito concentrado no debate sobre a Previdência, eu o recebi. Ele veio só para me pedir que eu apresentasse uma lei que impedisse a pessoa que se aposenta de ter um emprego público. Não poderia ter outro emprego público somado. Só isso. Prefeito de Batayporã, Jorge Takahashi, esteve comigo só para dizer isto: *“Olha, isso já resolve metade dos problemas da Prefeitura”*. Estou trazendo aqui o que ele disse. Então, quando o eminente professor citou isso, eu fiquei curioso. O que seria o adequado?

O SR. MÁRCIO POCHMANN - De maneira geral, em países com um sistema previdenciário consolidado, a pessoa, ao cumprir os requisitos, é perguntada se vai trabalhar ou se vai se aposentar. *“Não, eu vou trabalhar.”* Então, ela continua trabalhando. A ideia do sistema de aposentadoria e pensão é justamente permitir que as pessoas saiam do mercado de trabalho, permitir que as pessoas vivam sem mais depender do mercado de trabalho. Esse é o chamado trabalho heterônomo, em que as pessoas trabalham para sobreviver, mas obviamente existe uma série de outros trabalhos — filantrópicos, autônomos — que a pessoa pode exercer, não necessariamente pela questão do recurso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, V.Exa. me permite fazer um comentário relevante, a partir da observação do Prefeito, e do que nós já comentamos aqui?

O Ministro do Planejamento, não se sabe como, interferiu nessa proposta para que se acabe com a taxa de permanência tal como ela é hoje. A taxa de permanência mantém cerca de 20% dos funcionários públicos que continuam trabalhando. Eles fazem as contas e preferem continuar trabalhando. Isso é bom para o sistema, é uma loucura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É o abono permanência.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quer dizer, é uma verdadeira loucura, porque se está tentando desvincular nessa proposta o valor que é hoje. Então, fala-se, primeiro: “Depende do ente aceitar ou não”. O ente poderá recusar. Então, já se abre a possibilidade. Depois, não está garantido na proposta que vai ser, digamos, no patamar que é hoje, que não aumenta gastos e impede que o funcionário público perca dinheiro apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas qual seria a sua opinião, Deputado Arlindo Chinaglia?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - No que diz respeito à taxa de permanência, eu sou favorável, porque, se você permite a aposentadoria agora, da duas, uma: ou você vai reduzir o serviço público ou vai ter que fazer mais concurso, e vai ter que pagar com a mesma fonte.

Então, é infinitamente mais barato manter a taxa de permanência, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim, mantém-se a taxa de permanência e não se aposenta.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É uma escolha. Há muitos que preferem não se aposentar, porque ele mantém algum tipo de acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Hoje a taxa de permanência é de quanto?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Hoje, há cerca de 20%, se não me falha a memória, na União, que se mantêm no serviço público.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Com a terceirização, não precisa mais ter concurso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois é. Eu não quis falar. Mas, enfim, se não se fizer concurso... Você não pode matar a máquina pública, mas pode terceirizar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor encerrou?

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Não. Eu ia comentar só mais uma outra coisa que talvez vários aqui já...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Fale então, Deputado Heitor Schuch, antes de encerrarmos.



O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Qual é o agricultor que faz 60 anos, que se aposenta e para de trabalhar? Todos continuam. Todos. Hoje ele faz 60 anos, amanhã se aposenta e, no dia seguinte, fecha o aviário? Não! Ele continua produzindo, continua contribuindo para os cofres da Previdência.

Só para dar esse exemplo, porque isso é um fato que existe e que é algo que... As pessoas não vão parar de trabalhar só porque ontem se aposentaram, agora vão terminar seus serviços e vão abandonar a lavoura. Não!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E viver de salário mínimo.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - E viver de salário mínimo? Não vive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas vejam bem. Eu tenho uma opinião bem semelhante à posição do...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas é só não botar o...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Está indo num bom caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Só que com o... Eu e o professor Pochmann estamos aqui numa... O que ele coloca? Você pode se aposentar. Quer se aposentar ou quer continuar a trabalhar? Pelo menos no poder público.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Acho que essa opção... Até para haver uma oxigenação, porque nós estamos aí com o jovem chegando, precisando de entrar no mercado de trabalho. Muitas vezes, esse posto de trabalho é ocupado por quem já está recebendo do Estado a aposentadoria.

Então, eu penso que isso é uma coisa que vai ser...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deputado Carlos Marun, mas por que eu fiz uma observação para deixar claro? Então, por exemplo, seria favorável: chegou a idade de aposentar, cumpriu o quesito, abre-se vaga. Mas qual é o problema? Toda a argumentação é que os gastos são demasiados. Portanto, você tem que contê-los. Nesta lógica, a proposta é completamente contraditória. Se você vai para casa, deixa de trabalhar — estou falando no caso do servidor público —, e você dificulta, vou chamar assim, a taxa de permanência, aí você vai ter o gasto duas vezes. Então, das duas, uma: ou você vai na linha de que combina a



reforma da Previdência para tirar as pessoas da disputa do mercado de trabalho — essa é uma linha. Aí seria coerente, mas quando você fala: está toda quebrada e nós temos que reduzir gastos, e você atrapalha a taxa de permanência, fica completamente contraditória.

Esta é a questão.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sr. Presidente, só uma observação nesse sentido, talvez haja uma correlação. Num seminário internacional, eu me lembro de um professor da UNICAMP ou da Universidade Federal de São Paulo, mas não me lembro do nome dele agora, que levantou a tese da aposentadoria fásica, ou seja, gradual, principalmente para o Regime Geral, não para o serviço público. Qual é a avaliação nesse sentido? Pareceu-me que muitos Deputados que fizeram a argumentação e entrevistaram depois foram simpáticos à ideia. Eu ainda não a conheço suficientemente para dizer se ela tem efeito positivo ou não. Seria a ideia da aposentadoria gradual e não fática, em tempo exato. Essa poderia ser uma alternativa? É semelhante ao que tem no serviço público federal? Daria para adaptar isso também ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu participei de todo o seminário e entendi que existem questões na colocação do professor que poderiam até ser aproveitadas pelo Relator.

Bom, Srs. Deputados, nós estamos aqui quase que num debate...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estou tentando tirar o pessoal da toca para ver se eles começam a fazer proposta. Você ouviu isso? Estou querendo tirar... Como eles são da área rural, eu também sou. Eu já cacei muito tatu quando cheguei no Mato Grosso do Sul. Quero tirar vocês da toca para ouvir propostas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Olha o crime ambiental aí, olha o crime ambiental. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - A minha contribuição está na Emenda nº 78, Sr. Presidente. Eu elaborei a Emenda nº 78.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou atrás dela.



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Se V.Exa. quiser defendê-la, para que o Relator acolha, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não sei se vou defendê-la, mas vou atrás dela.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - É uma boa proposta.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O PT apresentou um projeto alternativo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, queria agradecer-lhe e parabenizá-lo por essa oportunidade de debate ao final. O Deputado Marcus Pestana falou aqui na necessidade de dialogar, de ouvir. Eu acho até que ele está com dificuldade de ouvir outro caminho, outra possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não vi isso. Sinceramente, eu não vi isso. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu entendo que S.Exa. tem uma visão consolidada, mas eu me refiro ao caminho fiscal, por exemplo. O Dr. Pochmann tocou numa coisa aqui, com a tranquilidade que eu não tenho e com a autoridade intelectual que também ele tem e eu não tenho, mas nós só falamos em déficit, usando os gastos com aposentado rural, deficiente. Com essa proposta, não adianta tergiversar.

Quando se fala, por exemplo, em equilíbrio fiscal, será que só tem um caminho de cortar gastos sociais? Será que o raciocínio só pode se dar nas despesas primárias? Será que só tem que se congelar recursos por 20 anos para a saúde, assistência, educação, inclusive infraestrutura? Há mil obras paradas do antigo PAC. Como queremos gerar emprego, como queremos aumentar a contribuição previdenciária? Com o aumento do desemprego e a permanência de obras paradas? Aí dizem: "*Ah! Mas não tem recurso*". A recessão é real? É. Na verdade, não há déficit com a dívida, por exemplo, como o Dr. Márcio falou? Nós aprovamos aqui 1 trilhão e 772 bilhões comprometidos do Orçamento nacional. Isso está lá! Não há Relator que consiga mudar isso. Eu não aceitaria a condição de Relator do Orçamento porque eu ia criar, no mínimo, uma inviabilidade de aprová-lo. Eu não ia aceitar vir no sistema 50,02, como foi este ano, e o Relator não poder mudar. Então, por que eu estou falando isso? Não é para esticar a corda.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nós vamos trazer o COPOM para dentro do Orçamento.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não é para esticar corda. Por que nós não fazemos um debate com essa tranquilidade, convidando novamente o Dr. Márcio, que citemos o Sr. Afonso, que é um redator dos programas das eleições do PSDB, é um intelectual. Aliás, ele é ligado a órgão público. Acho que ele é até do BNDES. Não me lembro bem. Por que não convidamos a Dra. Maria Lucia Fattorelli, uma pessoa como o Sr. Paulo Kliass? São pensadores, ligados ao Governo ou não, que podem, respeitosamente, discutir com seriedade uma saída. Quem apresenta de forma respeitosa as divergências, as diferenças, vai ser respeitado.

Ontem o Sr. Marcos Lisboa foi elogiado aqui pelos petistas.

Então, eu queria sugerir: vamos pautar mais uns dois debates, sendo um sobre a questão fiscal, em que se tome a questão da dívida como centro nessa reflexão. Temos tempo. Por que não fazer? Ninguém vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós cumprimos o plano de trabalho. Eu me sinto...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas o plano nunca foi consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Digo sinceramente: eu participei, obviamente, de todas as audiências; talvez tenha sido, juntamente com o Deputado Arlindo Chinaglia e o Deputado Pepe Vargas, quem mais ouviu essas contribuições externas. Nós podemos sentar para discutir com V.Exas.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, V.Exa. contribuiu provocando respostas sobre a questão de haver tempo de aposentadoria e permanecer no mercado de trabalho. Essa é uma questão séria! Nós discutimos aqui 75 anos para Ministros? Não houve muito debate a respeito disso.

Ontem um médico me dizia: *“Edmilson, não deixem tirar o nosso direito porque eu trabalho aqui com raio-x”*. Eu entendo! Ele não pode permanecer trabalhando, nem que queira. Ele pode atuar como médico em outra área, mas nessa área significaria negar o próprio direito de uma aposentadoria especial para quem trabalha com radiação. Está entendendo?

Vejam bem: um professor que fez...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos avançar, Deputado?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu concluo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. já é o primeiro a chegar e quer ser o último a falar também?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, só relato esse raciocínio: um cientista recebe um investimento do Estado, mesmo que seja numa universidade privada. As universidades públicas estão aí. Para eles chegarem ao nível de pós-doutorado e professor titular são muitas décadas de estudo. Às vezes, eles se aposentam em plena capacidade de produção, talvez num momento mais rico. Eu acho que nós não podemos ver homogeneamente a realidade. Às vezes, é necessário manter.

Na área da segurança, nem todo mundo... Mas nós sabemos o quanto é difícil formar profissionais de qualidade para a Inteligência em outras áreas de segurança. Isso é investimento, mas falta debate! Falta debate! V.Exa. coloca uma questão fundamental agora, na penúltima sessão de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - De qualquer forma, eu lhe agradeço se V.Exa. chegar aqui e disser: "*Deputado Edmilson Rodrigues, topei, vamos fazer um debate*", porque nós prometemos fazer um debate rico, respeitoso, mas baseado na possibilidade de outros caminhos que não sejam só o de ajuste fiscal, retirando a aposentadoria do pobre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - V.Exa. vai ficar encarregado, depois que esgotar os assuntos da Comissão, de organizar um curso sobre política monetária, taxa de juros e toda essa polêmica. Inclusive, o Deputado Edmilson Rodrigues vai providenciar, o PSOL vai trazer a experiência dos países todos que ele governa, e nós vamos aprender muito nessa...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Infelizmente, o PSOL não governa nem o País!

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pois é, que sorte!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exas. vieram até com a roupa parecida, sabiam? Eu estou mirando V.Exas. aqui e vejo que os dois estão até com a roupa parecida! Vejam que confluência! Que convergência!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O PSOL não governa o Brasil, não governa nem o País.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Os opostos se atraem.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Japão, Estados Unidos e Europa produzem juros negativos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Essa sua frase já passou.

Professor, V.Sa. não chegou a colocar, não sei se há uma avaliação sobre isto, mas qual seria uma idade mínima de referência de aposentadoria, conforme seu entendimento?

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Quando se informa que a idade média de aposentadoria é relativamente baixa no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - De 56 anos, não é?

O SR. MÁRCIO POCHMANN - ...essa informação é uma média das várias possibilidades de aposentadoria. Utilizam essa média para comparar com outros países. Se tomarmos a aposentadoria por tempo de contribuição, ela está acima de 61 anos. Então, o problema de termos uma idade única para situações muito díspares, muito heterogêneas no mercado de trabalho é que se criam distorções. Então, eu tenho dificuldade de dizer um número. Por exemplo, eu trabalhei com contribuição. Também não sei o que dizer. É tão polêmico!

Por exemplo, nos Estados Unidos, havia o tal do teto para aposentadoria — falo isso com base num diálogo que tive com o Sr. Mangabeira Unger, que é professor em Harvard —, o limite de 70 anos para se aposentar. Alguém entrou na Suprema Corte dos Estados Unidos e disse que isso era preconceito contra o idoso. Essa questão caiu. Não há mais limite para se aposentar.

Numa sociedade em que as pessoas vão viver os 100 anos de idade, há uma outra realidade. Quando começaram os nossos sistemas de aposentadoria, nos anos 30, na sociedade industrial, a expectativa de vida era abaixo de 40 anos no Brasil. Acho que este é um tema em que precisamos ter muito mais cuidado para se fazer uma boa avaliação e definir qual o número. De supetão, eu tenho dificuldade.



Só para terminar, eu quero agregar uma informação porque já foram listadas várias possibilidades, no âmbito da receita, para melhorar a situação fiscal do Governo, especialmente na questão da Previdência. Há uma que me causa espanto; particularmente, é até motivo de alegria. Fui fazer, no final de semana, o Imposto de Renda, que para mim é um dos dias mais felizes da minha vida, porque eu percebo o privilégio que eu tenho, ao fazer a declaração de Imposto de Renda, de poder descontar uma série de despesas no pagamento do imposto. É só no Brasil que até pagamento à empregada doméstica pode ser descontado do Imposto de Renda. Eu descontei, no Imposto de Renda, a minha previdência privada, descontei o gasto com saúde privada, até com educação privada, o que, para a classe média assalariada, chama-se instrução. Eu posso abater do Imposto de Renda o dependente até 24 anos de idade, no caso de estar cursando o ensino superior. Não é isso? Em relação à saúde privada, há cálculos que informam quanto o Governo deixa de arrecadar por decorrência desse tipo de desconto. Então, existe uma situação estranha, porque o Estado brasileiro financia o gasto público em vários setores e também ajuda a financiar o gasto privado em outros setores.

Este é um aspecto que poderia ser considerado em relação à questão do financiamento da Previdência, porque eu posso fazer abatimentos no Imposto de Renda. Eu não sei lhe dizer quanto lhe daria isso, mas obviamente o pessoal muito qualificado da Receita poderia informar quanto o Governo deixa de arrecadar com os subsídios à previdência privada.

Outras questões ficaram. A questão da filantropia também é problemática. O agronegócio tornou-se isento desde 1997. Obviamente, precisaríamos pensar não somente em questão previdenciária.

Existe um setor que exporta, é ótimo que exporte, etc., mas ele necessita de uma série de infraestrutura fundamentais basicamente para o agronegócio. Eu diria que seria interessante haver um diálogo com esse segmento. Em que medida eles poderiam ajudar no financiamento de determinados gastos? Não vejo o problema da Previdência como essencial nesse sentido, mas certamente há uma série de investimentos em infraestrutura que eles poderiam compartilhar, porque é fundamental uma boa infraestrutura para viabilizar as exportações brasileiras.



Certamente, alguns companheiros do PDT tiveram um papel fundamental com Getúlio Vargas. O Deputado Fernando Ferrari, em 1963, estabeleceu o Estatuto do Trabalhador Rural. Isso é só para polemizar com o pessoal do PDT. O trabalhismo pecou, mas na verdade as bases vêm do tenentismo e, antes disso, do positivismo. Está certo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Sim, lá no Rio Grande do Sul, a base foi testada antes do final do século XIX. Todas as instituições que foram feitas depois estavam ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros. No meio dos dois, há o Carlos Barbosa. Eu conheço a história do Rio Grande também.

Pessoal, foi muito boa a nossa reunião. Estamos encerrando. São 19h15min. Temos que agradecer ao professor e as suas considerações.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Amanhã, a bancada de Oposição prometeu a mesma fidalguia com o Ministro Meirelles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não tenho dúvida de que isso vai acontecer, até porque, se houver algum tipo de grosseria, eu vou desconvidar o Ministro no imediato momento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Da nossa parte, nunca houve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não vai haver. Tenho certeza de que não vai haver.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado Carlos Marun, há pessoas que estão questionando o seu gauchismo, em decorrência de trocar o chimarrão pelo tereré.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É o meu "matuchismo". Eu sou "matucho".

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Dizem que isso é uma traição à tradição gaúcha.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nós respeitamos, reconhecemos, mas não abrimos mão do chimarrão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está certo.



Marco para amanhã, às 9h30min, audiência pública.

Encerro esta reunião.

(Não identificado) - Sr. Presidente, a reunião está marcada para as 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, vamos iniciar às 10h.

Muito obrigado a todos. Até amanhã.